



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIII Nº 84, TERÇA-FEIRA, 12 DE JUNHO DE 2018

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rocha

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 90ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 11 DE JUNHO DE 2018

1.1 – ABERTURA	6
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	6
1.2.2 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Comentários sobre a importância da reforma tributária para reduzir a desigualdade social existente no País.	6
Senador Pedro Chaves – Reflexão sobre a relevância do acordo firmado entre a Caixa e as casas lotéricas com vistas a reajustar os valores de serviços executados por essas instituições; e outro assunto.	9
1.3 – ENCERRAMENTO	14

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 90ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE	
2.1.1 – Abertura de prazos	
Abertura do prazo até o encerramento da discussão, no turno suplementar, para apresentação de emendas, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 427/2017 (Ofício nº 81/2018-CCJ).	16
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei do Senado nº 580/2015 seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 82/2018-CCJ).	16
2.1.2 – Aviso do Ministro de Estado de Minas e Energia	
Nº 21/2018 (nº 126/2018, na origem), que encaminha a Carta Libra nº 104/2018, da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás, contendo o Inventário Anual das Emissões de Gases de Efeito Estufa - Ano Referência 2017.	20



2.1.3 – Comunicação

Do Senador Rudson Leite, que comunica que, durante o afastamento do Senador Telmário Mota, ocupará o escritório político em Boa Vista-RR (**Memorando nº 8/2018**). 27

2.1.4 – Inclusões em Ordem do Dia

Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, das Mensagens nºs 38 e 40/2018. 29

Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, da Mensagem nº 33/2018. 29

Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, do Projeto de Decreto Legislativo nº 36/2018. 29

2.1.5 – Término de prazos

Término do prazo, em 8 do corrente, sem interposição de recurso para que os Projetos de Lei da Câmara nºs 138 e 167/2017 continuem sua tramitação. 31

Término do prazo, em 8 do corrente, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 64/2016 e 35/2018. 31

Término do prazo, em 7 do corrente, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 299/2014 e 25/2017. 31

Término do prazo, em 6 do corrente, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei do Senado nº 263/2018. 31

PARTE III**3 – ATA DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-ARGENTINA**

Ata da 2ª Reunião, realizada em 16 de maio de 2018 33

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 62

5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 65

6 – LIDERANÇAS 66

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 70

8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 83

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 87

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 136



Ata da 90ª Sessão, Não Deliberativa,
em 11 de junho de 2018

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Pedro Chaves e Paulo Paim.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 14 horas e 40 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Declaro aberta a sessão do Senado Federal.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa e que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal* (**Vide Parte II do Sumário**).

Com muito prazer, agora, vamos ouvir os Senadores que se inscreveram nesta sessão não deliberativa.

Inicialmente convido, com muito prazer, o Senador Paulo Paim, para fazer uso da palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Pedro Chaves, que preside esta sessão, eu me disponho, Sr. Presidente, aproveitando sempre a segunda, a quinta à tarde e a sexta-feira, neste período, a pegar um tema que eu entenda importante para a população e discorrer sobre o mesmo. É o que eu faço hoje, Senador Pedro Chaves. Vou falar sobre a reforma tributária.

A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, a Anfip, e a Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital, Fenafisco, lançaram o movimento "Reforma Tributária Solidária: Menos Desigualdade, Mais Brasil". Eu recebi o documento das mãos do Floriano Martins, Presidente da Anfip, que me dizia que a iniciativa tem como objetivo aprofundar o debate sobre todos os impostos cobrados no Brasil e apontar soluções para a desigualdade.

Igualdade é um tema que eu trato muito durante os meus mandatos tanto de Deputado Federal como também de Senador, buscando atingir, como objetivo, a solidariedade política, humanitária e que as desigualdades sejam diminuídas. Nós estamos num País em que grande parte ou a maioria ganha o correspondente a um salário mínimo e uma minoria ganha, eu diria, ali naqueles 4%, 5%, até de cem salários mínimos.

A iniciativa vai estudar todos os impostos cobrados no Brasil e apontar soluções para combater a desigualdade. Esse movimento vai fomentar, e esse é o objetivo, um debate amplo, plural e democrático para corrigir as anomalias crônicas do sistema tributário brasileiro. Essas podem ser percebidas na comparação, inclusive, com outros países capitalistas relativamente menos desiguais, nos quais o sistema de impostos tem caráter progressivo. Essa, Sr. Presidente, Senador Pedro Chaves, é uma das razões da vergonhosa distribuição de renda no Brasil – o aspecto mais pungente das disparidades sociais brasileiras. Entretanto, as desigualdades vão muito além, estando, eu diria, por toda parte. Por isso é que eu digo sempre que nós, homens públicos, temos que humanizar a política, temos que combater as desigualdades, temos que ter responsabilidade com o social, temos que saber respeitar as diferenças, mas permitir que todos vivam com dignidade.

Pois bem, em pleno século XXI, o País ainda não foi capaz sequer de enfrentar desigualdades históricas herdadas por mais de três séculos de escravidão. As desigualdades também se refletem na concentração da estrutura de propriedade, posse e uso da terra, tanto na área urbana como também na área rural.

Pode-se ver que os chamados descendentes de escravos não têm propriedades, grandes propriedades. Recentemente, veio um presidente de um país africano ao Brasil visitar uma exposição e percebeu que as pessoas que não eram brancas estavam ali para limpar o curral,



levar o gado de um lugar para outro, levar os cavalos. Aí ele disse: "Engraçado, eu não vi um único fazendeiro que não seja branco". Aí contaram para ele a História do Brasil, ou seja, que as heranças foram passando de pais para filhos e a população escrava foi ficando marginalizada: era proibido estudar naquela época, mesmo depois de libertos, era proibido ter ferramentas e não podiam comprar terras. Por isso é que a desigualdade existe até hoje e se reflete na concentração da estrutura de posse e uso da terra, como dizia, na área urbana e rural, e no mercado de trabalho; e na aguda disparidade de acesso aos bens e serviços sociais básicos entre classes sociais e regiões do País.

Vêm alguns dados que são importantes. Segundo estudo da ONU, a pobreza no Brasil tem cor: mais de 70% das pessoas vivendo em extrema necessidade no País são negras; 64% dos extremamente pobres não completam a educação básica; e 80% dos analfabetos brasileiros são negros. No Brasil, a desigualdade tem outra discriminação hedionda: gênero feminino. Mulheres ganham 62% do valor dos rendimentos dos homens.

Eu recebi um projeto que veio da Câmara – fui Relator e apresentei no plenário parecer final – só para que a mulher na mesma função tivesse o mesmo salário que o homem. Não teve jeito: fizeram emendas, mandaram para a Comissão de Infraestrutura, e até hoje ele não voltou mais para o Plenário.

Segundo o Mapa da Violência, o Brasil ocupa o terceiro lugar, dentre 85 países, no *ranking* de mortes de adolescentes. São 54,9 homicídios para cada 100 mil jovens de 15 a 19 anos.

Há uma profunda desigualdade de acesso a bens e serviços sociais básicos entre as classes sociais e regiões do nosso País. O Sistema Único de Saúde (SUS) é formalmente público e universal, mas a realidade revela uma multiplicidade de lacunas na oferta de serviços, especialmente os de média e alta complexidade. Na Previdência Social, mais de um terço dos trabalhadores não contribui para o sistema público e, conseqüentemente, não está protegido e não terá a proteção na velhice.

Um projeto de reforma tributária para o desenvolvimento sustentável deve levar em conta que, nos últimos 60 anos, o Brasil nunca contou com políticas nacionais de habitação popular, saneamento e mobilidade urbana em grande escala devido à necessidade do nosso povo.

Sr. Presidente, as diversas propostas de reforma tributária elaboradas por setores da sociedade, do Governo, do Parlamento e das associações de classes têm o propósito precípua, unicamente, de simplificar o sistema – não de distribuir renda, mas, sim, de simplificar; todavia, ninguém, até o momento, por todas que li e vi, a não ser essa aqui, tem o objetivo de diminuir as diferenças.

O movimento Reforma Tributária Solidária: Menos Desigualdade, Mais Brasil entende que a pretendida simplificação, apesar de importante – claro que é importante; quanto mais simples, melhor, até para executar, para cobrar –, não enfrenta as anomalias crônicas do sistema tributário e tem um agravante adicional: seguindo esse caminho restrito à simplificação, ele pode vir a representar o último suspiro do Estado social brasileiro, tardiamente inaugurado pela Constituição de 1998. Eu fui Constituinte, e, ali, avançamos, embora tardiamente. Mas, dali para a frente, muito pouco se fez.

Sr. Presidente, de acordo com a proposta apresentada pela Anfip para que se enfrentem as diversas faces da desigualdade social brasileira, são necessárias mudanças estruturais no Sistema Tributário Nacional, cuja reforma deveria ser pautada por oito premissas fundamentais, apresentadas a seguir.



Aqui eles fizeram uma síntese, porque o documento eu recebi.

Quais seriam as oito premissas fundamentais para uma reforma tributária solidária?

- 1) Reforma tributária para o desenvolvimento. Adequar o sistema brasileiro a modelos de sucesso de países desenvolvidos;
- 2) Financiamento do gasto social. Reduzir desigualdades sociais, com o financiamento de políticas sociais;
- 3) Sistema tributário progressivo. Aumentar a tributação direta, sobre renda, propriedade e riqueza;
- 4) Redução da carga tributária indireta. Diminuir a tributação sobre mercadorias, bens e serviços, e pagamento;
- 5) Equilíbrio federativo. Revisão do sistema de transferência e partilha dos impostos entre Estados;
- 6) Ampliação da tributação ambiental. Inibir práticas predatórias, num cenário de graves ameaças ao meio ambiente que preocupa naturalmente a todos nós. É preciso que o ecossistema e o meio ambiente estejam vinculados ao que chamamos de desenvolvimento sustentável;
- 7) Comércio internacional. Resgatar o papel da tributação aduaneira;
- 8) Fomento de ações para o aumento das receitas, sem o aumento de carga tributária. Revisão das renúncias fiscais, fazendo o enfrentamento da sonegação e o verdadeiro controle da evasão fiscal pela maior eficiência da administração tributária.

Chamo a atenção aqui: as renúncias fiscais, inclusive a CPI da Previdência o demonstrou, superam o total de gasto na esfera federal com saúde, educação, assistência social, transporte e ciência e tecnologia.

Tenho até que repetir, Sr. Presidente: as renúncias fiscais, inclusive a CPI da Previdência o identificou, superam o total de gasto da União com saúde, educação, assistência social, transporte e ciência e tecnologia. Isso é gravíssimo. Mais demos anistia do que investimos nessas áreas.

Segundo estimativas do Ministério da Fazenda, o total das desonerações sobre os gastos tributários federais subiu de R\$116 bilhões para R\$282 bilhões, em valores correntes. Entre 2009 e 2015, um salto de 3,65% para 4,93% do PIB atualmente. Todos os anos o Brasil abre mão de 25% do total de suas receitas – dados aqui da Secretaria da Receita Federal.

O movimento Reforma Tributária Solidária: Menos Desigualdade, Mais Brasil é, repito, uma iniciativa da Anfip e da Fenafisco e conta ainda com o apoio do Conselho Federal de Economia (Cofecon), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), do Instituto de Justiça Fiscal (IJF), da Oxfam Brasil e da FES.

Todo cidadão que quiser aderir a esse movimento, que pode ajudar inclusive no aperfeiçoamento, é só se dirigir pelos *e-mails* secretaria@anfip.org.Brasil e secretaria@fenafisco.org.br. Mais informações ainda pelo *site* reformatributariasolidaria.com.br.

Aproveito para informar que no dia 21, Sr. Presidente Pedro Chaves, agora de junho, quinta-feira, a partir das 9h, lá na Comissão de Direitos Humanos, vamos realizar uma audiência pública para debater o tema "Reforma Tributária Solidária: Menos Desigualdade, Mais Brasil". E também destaco que vamos realizar, se possível também em outras comissões, esse mesmo debate.



Sr. Presidente, eu confesso que, desde o período em que estou aqui no Congresso como Deputado e como Senador, muitas vezes eu ouvi falar em reforma tributária, ouvi falar em Pacto Federativo, mas, de forma real, nada acontece. Passa numa Casa, trava na outra; vem da outra, trava nesta; e não avançamos. Porque uma reforma tributária, um novo Pacto Federativo significa que você – pelo menos esse seria o meu objetivo – deve apontar caminhos para que aqueles que são mais pobres, da classe média para baixo, os que mais sofrem, os que estão na miséria absoluta, os que passam fome sejam contemplados.

Há países de primeiro mundo em que, para gêneros de primeira necessidade diretamente, como alimentação, a tributação é desse tamanho, porque ali você beneficia a todos. E aqueles produtos mais sofisticados, que somente os poderosos podem adquirir, como – por que não dizer? – carro, fumo, álcool, para mim isso, sim, teria uma tributação até maior. Mas querer tributar a valores altos arroz, feijão, a própria gasolina, carne, leite é inadmissível, inadmissível.

Como já disseram especialistas, quem, de fato, paga tributo neste País são os mais pobres. Eles não têm como viver sem o pão, sem o leite, sem o arroz, sem o feijão... Sei lá, sobre a massa, sobre a carne... Então, eles gastam tudo ali, só que os tributos elevam os preços. Vimos recentemente na greve dos caminhoneiros que a responsabilidade por um preço altíssimo no diesel, na gasolina, no álcool e no gás é principalmente dos tributos. E é o que toca o Brasil: queiramos ou não, o Brasil optou pelo transporte rodoviário. E uma vez feita essa opção... Os países de primeiro mundo optaram pelo sistema de ferrovia, V. Ex^a conhece. Eu, que fiz poucas viagens ao exterior, duas ou três – na verdade, foram duas –, percebi que você atravessa países de trem, você pode ir de um país a outro de trem. No Brasil, a não ser o avião, de resto é ônibus mesmo, é caminhão, é carro. Mas foi uma opção feita. Se os governantes fizeram essa opção não dá para fazer com que o tributo – eu digo em resumo – possa ser quase que a metade do custo final. É o caso do diesel, da gasolina, do álcool e do próprio gás.

Por isso, Sr. Presidente, eu espero que os presidenciáveis também apresentem a sua visão de como combater as desigualdades...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... para não continuar como é hoje, porque quem paga impostos neste País, enfim, são os mais pobres. Mas, vamos continuar com esse debate, com certeza, em outros momentos.

Agora, com satisfação, assumo a Presidência para ouvir o seu pronunciamento.

Obrigado, Senador Pedro Chaves.

(O Sr. Pedro Chaves deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Passamos neste momento a palavra, na tribuna do Senado, ao Senador Pedro Chaves, que presidiu a sessão até minutos atrás.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paim, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, é um prazer poder fazer uso da palavra neste momento.

O nosso egrégio Plenário confirmou na última semana o acordo firmado entre a Caixa Econômica Federal e a Federação Brasileira das Empresas Lotéricas. O compromisso, realizado



por intermediação de nosso emérito Presidente Eunício Oliveira, prevê o reajuste do valor dos serviços pagos pela instituição às casas lotéricas pelo recebimento de boletos, faturas e convênios.

Por esse motivo, tendo em vista o acordo previamente estabelecido, rejeitamos o PLC nº1, de 2018, que alterava a tabela de valores.

Em meados do ano passado, segundo a Caixa Econômica Federal, o Brasil contava com uma rede de 13 mil casas lotéricas. Espalhadas por todo o País, as lotéricas alcançaram 5.423 Municípios. Além de depositárias dos recorrentes sonhos de fortuna de milhões de brasileiros, que semanalmente fazem sua "fezinha" nos diversos jogos oferecidos pela Caixa, as casas lotéricas prestam uma ampla gama de relevantes serviços para toda a sociedade brasileira. Na realidade, são muitos, Sr^{as} e Srs. Senadores, os serviços oferecidos pela rede lotérica nacional, como mostrarei a seguir.

Na área de pagamentos, por exemplo, é possível efetuar quitação de contas de água, luz e telefone, também de tributos, boletos bancários, faturas de cartões de crédito da própria Caixa, recolhimento da previdência social, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e ainda contribuição sindical. Os cidadãos podem ainda utilizar essa formidável rede de serviços, dotada de extraordinário alcance, para efetuar saques em contas correntes e poupança, programas sociais, como o Bolsa Família, INSS, seguro-desemprego e PIS (Programa de Integração Social), bem como retiradas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, observados, é óbvio, determinados limites e condições. Como se vê, um conjunto de serviços que beneficiam a sociedade em geral, simplificando o cotidiano e economizando tempo e recursos de muita gente. É extremamente importante o serviço prestado pelas casas lotéricas em todo o Território nacional.

Objetivamente, como sublinha a própria Caixa Econômica Federal, com todo esse leque de serviços o que se promove, na verdade, é a inclusão social e o acesso ao sistema financeiro – porque os grandes bancos não dão nem acesso ao pessoal de classe baixa, que tem a maior dificuldade para ingressar e não são nada privilegiados; privilegiam realmente os mais abastados. E a Caixa Econômica se utiliza das casas lotéricas justamente para isso.

Como prestadores de serviços tão importantes, na condição de correspondentes bancários da Caixa, os lotéricos postularam no acordo um reajuste na remuneração dos diversos serviços regularmente prestados.

É importante observar, Sr. Presidente, que, entre 2004 e 2016, o menor repasse da Caixa aos lotéricos saiu de R\$0,28 para R\$0,43 – um reajuste de cerca de 53% diante de uma inflação, no mesmo período, de 123%. Torna-se totalmente inviável o trabalho das casas lotéricas.

A parceria da Caixa com os permissionários lotéricos é uma boa medida de conjugação de esforços e serviços, de fato, uma das maiores parcerias público-privadas na história do Brasil. Esses agentes tornaram-se importante e indispensável canal de arrecadação e fonte geradora de recursos para programas sociais do Governo.

É igualmente procedente reafirmar e sublinhar que o setor gera mais de 60 mil empregos formais, em cerca de 97% dos Municípios brasileiros.

Como podemos observar ao longo deste esforço, Sr^{as} e Srs. Senadores, não remanescem dúvidas acerca do sucesso da parceria mantida pela Caixa Econômica Federal com milhares de casas lotéricas espalhadas pelo Brasil, em um exercício único de capilaridade territorial e social; uma relação que deve ser mantida e incentivada, na medida em que gera e assegura tantos



benefícios cotidianos reais para milhões de brasileiros, que podem desfrutar de serviços confiáveis logo ali, na lotérica mais próxima de sua residência.

Sr. Presidente, é com muito orgulho que parabeno os lotéricos do Brasil pela luta incansável e perseverante e, principalmente, pela consciência de que o melhor caminho encontrado foi o consenso, uma conciliação de vontades justa e possível, para que homens e mulheres possam continuar trabalhando honestamente para o sustento de suas famílias.

Senhoras e Senhores, aproveito também o momento para manifestar minha alegria pela aprovação, na última terça-feira, no plenário desta Casa, da arrecadação de ISS sobre os aplicativos de transporte de passageiros, como Uber, Cabify, 99 Pop, pelo Município do local de embarque do usuário. Isso é municipalismo. É uma atitude que era necessária já há muito tempo.

A aprovação desse projeto foi um compromisso assumido por esta Casa durante a Marcha dos Prefeitos a Brasília. O ISS, senhoras e senhores, faz a diferença na arrecadação de nossos Municípios, já totalmente falidos, em situação muito difícil e precária – é importante a redistribuição dessa renda –, e fomenta o funcionamento de seus serviços, como melhorias em escolas, iluminação pública, manutenção de vias públicas e outros.

Sr. Presidente, na elaboração do meu relatório que regulamentava o transporte privado individual remunerado de passageiros, assim como na apresentação das emendas de Plenário ao PLC 28, de 2017, minha preocupação sempre foi aprovar um relatório equilibrado que atendesse os anseios dos consumidores e de todos os trabalhadores brasileiros.

Naquela ocasião, apresentamos emenda para retirar do texto do PLC a necessidade de portar autorização emitida pelo Poder Público, bem como a obrigatoriedade de o veículo estar no nome do prestador de serviço. A outra emenda que apresentamos retirava a expressão "veículo de aluguel" do texto do projeto original, eliminando a necessidade de placa vermelha. Com isso, acredito que tenha contribuído para o equilíbrio no mercado de transporte individual de passageiros sem engessar de forma demasiada as funcionalidades dos aplicativos, muito menos estatizá-los, como pretendia o texto do PLC 28, de 2017.

Como se sabe, hoje nós temos 17 milhões de pessoas usuárias do Uber e 500 mil motoristas que utilizam o Uber como ocupação. Então, são dados extremamente relevantes para garantir a empregabilidade neste País. Estamos em uma situação bastante complicada.

Senhoras e senhores, ao longo da elaboração do texto que regulamenta o transporte privado individual remunerado de passageiros, do qual as empresas Uber, Cabify e 99 são exemplos, recebi sugestões no sentido de que o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) devido pelas empresas provedoras de aplicações de internet fosse cobrado pelo Município de prestação do serviço de transporte, e não no local de sede da empresa, como é feito hoje. Atualmente, tanto 99 quanto Uber e Cabify mantêm suas sedes dentro do Município de São Paulo, retendo a tributação sobre o ISS na capital paulista. De tudo que era arrecadado, tudo era concentrado em São Paulo.

A Uber, por exemplo, pagou R\$972 milhões em impostos em 2017. Não é justo que Campo Grande, minha cidade natal, em meu Estado de Mato Grosso do Sul, tenha serviços prestados na cidade e que o ISS seja recolhido em São Paulo.

Portanto, senhoras e senhores, o projeto aprovado pelo Senado, de autoria do Senador Airton Sandoval, com a relatoria do Senador Armando Monteiro, vem em boa hora. Somando-se à regulamentação do transporte individual privado remunerado, a qual defendi bravamente



nesta Casa, a arrecadação do ISS advinda dos provedores dos aplicativos permitirá uma melhor distribuição de renda, mais justa, porque esses tributos são fundamentais para os Municípios onde o serviço foi de fato prestado.

Então, eu agradeço muito, realmente, a este Senado, ao Plenário, ao Presidente e, principalmente, ao autor do projeto, Airton Sandoval. Agradeço a relatoria também do nosso querido amigo Monteiro. Ele foi extremamente feliz na relatoria desse projeto.

Parabenizo, realmente, esta Casa, que, mais uma vez, demonstrou que os Senadores estão muito voltados para o Município, são municipalistas. E o Município é onde existe a maior carência neste País.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Pedro Chaves, primeiro quero cumprimentar V. Ex^a pelos dois temas de que tratou: a questão dos aplicativos, que geram hoje milhares de empregos, com a questão de fortalecer o municipalismo com a sua visão em relação ao ISS; e também a questão das casas lotéricas. E V. Ex^a está coberto de razão. Eles ficaram aqui, semanas e semanas.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS) – E V. Ex^a foi um defensor intransigente. Eu parabenizo V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas caminhei ao seu lado nessas duas questões, que atenderam a grande parte do povo brasileiro. É inegável que as casas lotéricas também cumprem um papel social.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS) – Isso é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu concordo com V. Ex^a: eles são muito mais bem recebidos – eu digo o nosso povão – na casa lotérica do que no banco.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS) – Exatamente. Elas abrem as portas, é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O banco diz: "Vêm aí chorar um emprestimozinho de centavos".

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS) – São seletivos os bancos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Seletivos. Os bancos são seletivos, sim. E já ficam achando até que há alguma picaretagem, malandragem; ficam achando até que é roubo em muitos casos. Na casa lotérica, não: todos são bem-vindos. E são bem atendidos, por isso elas tinham que ser, de fato, fortalecidas, no eixo que V. Ex^a citou muito bem.

Então, meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aproveito para cumprimentar os alunos do ensino fundamental do Colégio Everest.

Está certo? É esse o nome mesmo? (*Pausa.*)

Vocês ouviram aqui o Senador Pedro Chaves, um grande Parlamentar da República; e este que preside é um humilde Senador, chamado Paim.

Sejam bem-vindos.

Uma salva de palmas para vocês. (*Palmas.*)



Não havendo mais nada a tratar, esta sessão de segunda-feira cumpriu seu objetivo. São sessões de debates. Normalmente, elas se estendem pela tarde toda, mas como estamos em um processo praticamente eleitoral, na segunda-feira os Senadores chegam mais tarde e as votações mesmo acabam acontecendo às terças, quartas e quintas. Assim mesmo, hoje pela manhã, tivemos um debate na Comissão de Direitos Humanos, que eu presidi, em que debatemos a nova CLT, o novo Estatuto do Trabalho. Já que essa que infelizmente foi aprovada não contempla o interesse dos trabalhadores, nós apresentamos um novo texto, que vamos debater neste ano e no ano que vem, para que tenhamos, outra vez, uma consolidação das leis do mundo do trabalho.

Informo também a todos que, ainda esta semana, vamos debater, na Comissão de Direitos Humanos, dia 13, o preço dos combustíveis. É um absurdo nós estarmos num País em que a gasolina, o álcool, o diesel aumentam quase todo dia – ou um dia, sim; um dia, não. E o gás disparou também. Então, faremos esse debate também na Comissão com o objetivo de buscar parâmetros que garantam ao nosso povo, à nossa gente – pagar, tudo bem – pagar um valor equilibrado e não um absurdo, como é hoje.

Nós do Brasil somos praticamente autossuficientes em petróleo – podem crer, pois eu sei o que eu estou dizendo. O preço absurdo dos combustíveis é, em sua maioria, devido a tributos, impostos que a população paga para a União. Por isso, esse debate tem que ser feito. É inegável: se o Brasil optou pelo transporte rodoviário e não pelo sistema ferroviário, como fizeram os países de primeiro mundo, é preciso ter uma visão equilibrada.

Agora mesmo, para terminar a greve, houve um conflito muito grande entre o preço do frete e a situação em que eles se encontram. O caminhoneiro praticamente tinha que pagar para trabalhar, devido à alta dos combustíveis, e agora ele quer ajustar um preço mínimo no frete. Eu entendo que há lógica, mas não pode ser a tabela que o Governo fez, que é totalmente abusiva. O Governo combinou com as empresas transportadoras, mas não combinou com quem paga. Houve aumento ali que foi a 150%. Com aumento de 150%, não há como aqueles que precisam do frete, precisam pagar os que transportam... De uma hora para outra, por exemplo, um frete que saia R\$5 mil, passou a valer quase R\$11,2 mil, R\$11,3 mil. Então, sobre essa questão toda nós vamos ter que aprofundar o debate.

Quero dizer que, ainda esta semana, vamos iniciar o debate lá na CDH sobre os 30 anos da Constituinte. Um dos temas que será debatido – casualmente, os alunos estão aqui – é a educação e os 30 anos da Constituinte; mas vamos debater também a segurança no Brasil e os 30 anos da Constituinte; vamos debater também direitos humanos e os 30 anos da Constituinte. Mas, principalmente, o eixo vai ser segurança, educação e saúde. Teremos três grandes plenárias lá, convidando Governo e setores da sociedade, para debater: segurança, saúde e – repito – a questão da educação.

Em qualquer pesquisa que se faz no Brasil, vocês vão ver que a população vai mostrar essas três preocupações.

Em seguida, claro, vem o desemprego, que, infelizmente, com a reforma trabalhista, aumentou: tínhamos 12 milhões, já foi para quase 15 milhões.

E quanto ao trabalho precarizado, trabalho considerado bico, trabalho intermitente e contrato exclusivo, segundo o IBGE, estamos chegando agora a 27 milhões de pessoas.

Então, de fato, é um momento difícil.



Mas eu termino, dizendo o que alguns me dizem: "Paim, é preciso ter esperança." Eu digo o seguinte: "Vamos esperar." Esperar é mais do que esperança. Significa ter esperança e fazer acontecer.

Aí nós encerramos a nossa sessão de hoje.

Está encerrada a sessão.

Obrigado a todos.

Sejam bem-vindos, alunos, e retornem com felicidade para a casa de vocês, mas não esqueçam nunca – o meu velho me ensinou quando eu era pequeninho ainda – de que, para se ter sucesso, é preciso de três coisas que eu vou deixar para essa moçada aí: estude – estude –, seja honesto e, quando tiver a idade adequada, trabalhe. Ninguém vive sem estudar, sem honestidade, e, no futuro, claro, vocês, com a idade a que vão chegar, vão poder trabalhar e, quem sabe, amanhã ou depois, vão ser Senadoras ou Senadores deste País, e, por que não dizer, porque democracia é assim, pode estar nessa galeria alguém que, um dia, pode ser até Presidente da República.

Sejam bem-vindos.

Estudem, estudem e estudem.

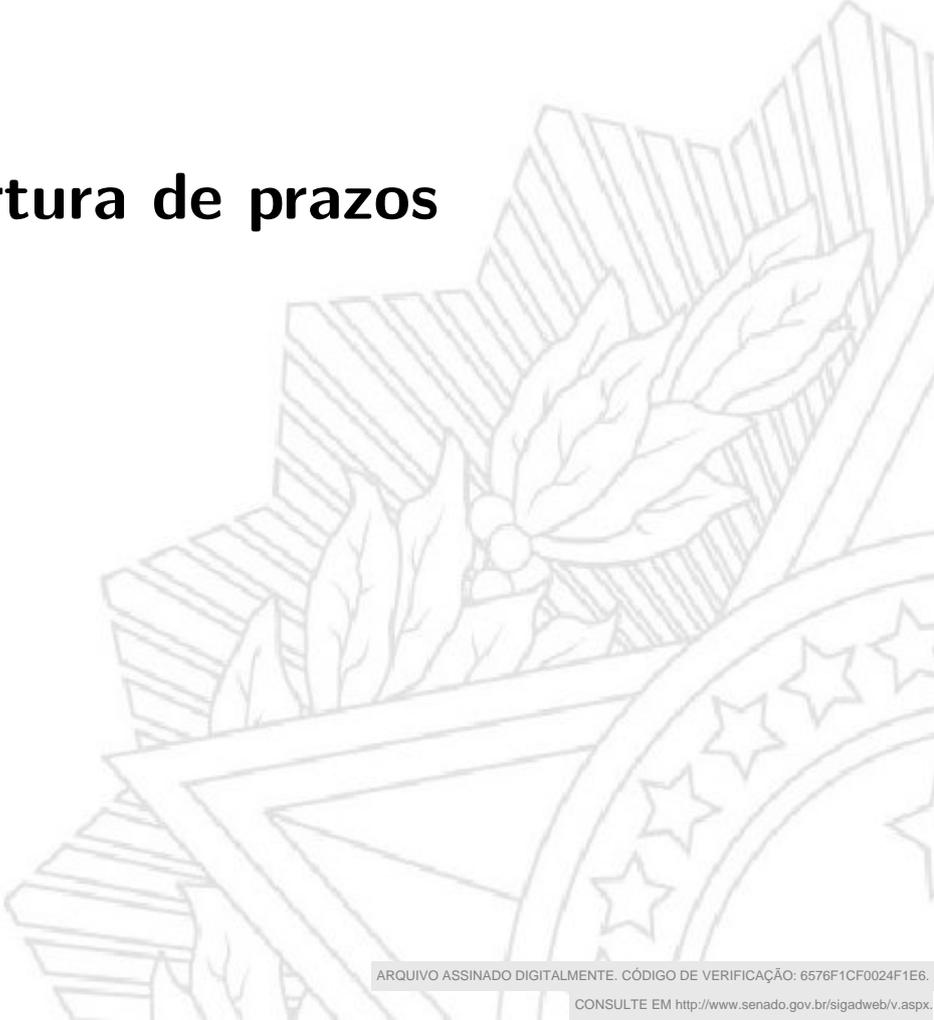
(Levanta-se a sessão às 14 horas e 40 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 90ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Abertura de prazos



Concluída a deliberação do Projeto de Lei do Senado nº 427, de 2017, em turno único, fica aberto o prazo até o encerramento da discussão, em turno suplementar, perante a CCJ, para oferecimento de emendas ao Substitutivo à matéria, nos termos do art. 282 do RISF.

Recebido o Ofício nº 81, de 2018, da CCJ, comunicando a aprovação do Substitutivo.

Concluída a instrução do Projeto de Lei do Senado nº 580, de 2015, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

Recebido o Ofício nº 82, de 2018, da CCJ, comunicando a apreciação da matéria, em caráter terminativo.

São os seguintes os ofícios:





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ofício nº 81 /2018-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 06 de junho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal

Assunto: Turno Suplementar.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do **Substitutivo**, de autoria do Senador Wilder Moraes, ao Projeto de Lei do Senado nº 427, de 2017, de autoria do Senador José Serra, que “Altera a Lei 9.637, de 15 de maio de 1998, que ‘dispõe sobre a qualificação das organizações sociais e dá outras providências’, para atualizar os critérios e requisitos para seu enquadramento e estabelecer novas regras para a celebração, controle e rescisão dos contratos de gestão.”.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,


Senador **EDISON LOBÃO**

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ofício nº 82/2018-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 06 de junho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal

Assunto: decisão terminativa.

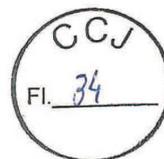
Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, **pela aprovação**, com as Emendas nºs 3-CCJ e 4-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 580, de 2015, que "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a obrigação de o preso ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção.", de autoria do Senador Waldemir Moka.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

Senador **EDISON LOBÃO**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



Aviso do Ministro de Estado de Minas e Energia





SENADO FEDERAL

AVISO Nº 21, DE 2018

Encaminha a Carta Libra nº 0104/2018, da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás, contendo o Inventário Anual das Emissões de Gases de Efeito Estufa Ano Referência 2017, nos termos do disposto no art. 29, inciso XXI, da Lei nº 12.351, de 2010.

AUTORIA: Ministério das Minas e Energia

DESPACHO INICIAL: À CI



[Página da matéria](#)





MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Aviso nº 126/2018-GM/MME

Brasília, 01 de junho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes - Edifício Principal
70160-900 - Brasília - DF

Assunto: Inventário Anual das Emissões de Gases de Efeito Estufa - Ano Referência 2017.

Senhor Presidente,

1. Faço referência ao disposto no art. 29, inciso XXI, da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para encaminhar a Vossa Excelência a Carta Libra 0104/2018, da Petróleo Brasileiro S. A. - Petrobras, contendo o Inventário Anual das Emissões de Gases de Efeito Estufa - Ano Referência 2017.

2. A esse respeito, Senhor Presidente, ressalto o caráter sigiloso das informações contidas na referida correspondência, bem como destaco que as informações dos inventários anuais, sem restrição de acesso, encontram-se disponíveis na página da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP (<http://www.anp.gov.br/exploracao-e-producao-de-oleo-e-gas/seguranca-operacional-e-meio-ambiente/meio-ambiente>).

Atenciosamente,

W. MOREIRA FRANCO
Ministro de Estado de Minas e Energia



Documento assinado eletronicamente por **Wellington Moreira Franco, Ministro de Estado de Minas e Energia**, em 05/06/2018, às 20:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://www.mme.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0172187** e o código CRC **F27820B4**.

Recebido em 05/06/2018
Referência: Processo nº 48380.000120/2018-43
Hora: 15:30

Recebi em 06/06/18
Adriano
SEI nº 0172187

Página 2 de 6

Parte integrante do Avulso do AVS nº 21 de 2018.

Cidelle Gomes Vitor Almeida
Matrícula: 264432 SLSF/SGM

SEI 48380.000120/2018-43 Mat. 229857



11/06/2018

Meio ambiente

Meio Ambiente

Fiscalização das atividades de exploração e produção com ênfase na proteção do meio ambiente

A ANP está habilitada a dar suporte na identificação de práticas que não estejam em acordo com as regras da Agência e que gerem impactos ambientais decorrentes das atividades concedidas ou autorizadas. [Nas atividades terrestres \(/exploracao-e-producao-de-oleo-e-gas/seguranca-operacional-e-meio-ambiente/fiscalizacao-da-seguranca-operacional/gerenciamento-da-integridade-estrutural-sgi\)](#), a ANP fiscaliza gasodutos, oleodutos e os campos de produção de óleo e gás. Os órgãos estaduais de meio ambiente são responsáveis pela emissão das licenças ambientais.

Além disso, a Agência mantém parcerias fundamentais com a Marinha do Brasil, com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e com os órgãos ambientais estaduais para abranger todos os aspectos da segurança das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.

[Nas atividades marítimas \(/exploracao-e-producao-de-oleo-e-gas/seguranca-operacional-e-meio-ambiente/fiscalizacao-da-seguranca-operacional/gerenciamento-de-seguranca-operacional-sgso\)](#), a ANP é responsável pela fiscalização da segurança operacional das instalações de produção e perfuração; das instalações submarinas que ligam os poços às plataformas e dos poços propriamente ditos. A Marinha fiscaliza as plataformas em relação aos sistemas navais das embarcações, como navegabilidade e lastro. O Ibama é responsável pelo licenciamento ambiental das operações e pelos sistemas de interação entre as instalações e o meio ambiente.

A ANP também atende a convocações dos Ministérios Público Federal e Estaduais, a partir de denúncias da sociedade, para a verificação de condutas inadequadas por parte de agentes autorizados, incluindo a geração de passivos ambientais. Outra importante atividade da Agência é a realização de vistorias em áreas passíveis de serem ofertadas em futuras rodadas de licitações de blocos exploratórios.

– A abordagem ambiental nas Rodadas de Licitações de blocos exploratórios da ANP

Definição de áreas para oferta nas Rodadas de Licitações

Em 2012, por meio da Portaria Interministerial MME-MMA nº 198/2012, foi instituída a Avaliação Ambiental de Área Sedimentar – AAAS, que tem como objetivo, entre outros, integrar a avaliação ambiental aos processos decisórios relativos à outorga de blocos exploratórios, contribuindo para a prévia definição de aptidão da área sedimentar para atividades ou empreendimentos de exploração e produção de petróleo e gás natural.

O instrumento central do processo de AAAS é o Estudo Ambiental de Área Sedimentar – EAAS, o qual deve promover a análise de uma determinada área sedimentar, considerando os recursos de petróleo e gás natural potencialmente existentes e as condições e características socioambientais da mesma, em função dos impactos e riscos ambientais associados às atividades petrolíferas. O estudo tem como resultados, entre outros: proposição de classificação da área sedimentar quanto à sua aptidão para outorga de blocos exploratórios e de recomendações ao licenciamento ambiental.



A ANP participa desse processo como instituição integrante do Comitê Técnico de Acompanhamento – CTA e como contratante de empresa de consultoria responsável pela confecção do EAAS, quando demandada pelo MME.

Enquanto as áreas sedimentares não forem submetidas à AAAS, a definição daquelas a serem ofertadas nas Rodadas de Licitações também incorpora a variável ambiental, em cumprimento à exigência da Resolução CNPE nº 8/2003 e conforme a fase de transição prevista na Portaria MME-MMA nº 198/2012.

A Resolução determina que a ANP deverá considerar, no processo de definição das áreas a serem licitadas, eventuais exclusões por restrições ambientais, com base em manifestação conjunta com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama e com órgãos ambientais estaduais – OEMAs.

O Ibama vem realizando a análise prévia das áreas a serem licitadas pela ANP desde a 6ª Rodada de Licitações, ocorrida em 2004. Inicialmente, a análise era realizada por um grupo de trabalho informal com representantes de diferentes diretorias do Instituto. Posteriormente, esse grupo foi formalizado por meio de portarias. Após a divisão do Ibama, o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Atividades de Exploração e Produção de Óleo e Gás – GTPEG foi criado e sua composição inclui representantes do Ministério do Meio Ambiente – MMA, do Ibama, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio e da Agência Nacional de Águas – ANA.

Estas análises orientam as diretrizes ambientais, que estabelecem o nível de exigência para o licenciamento ambiental das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural. Tais diretrizes são revistas a cada Rodada de Licitações de modo a manter as exigências atualizadas em relação às normas ambientais. A criação de áreas protegidas, a evolução do conhecimento sobre os ecossistemas, as tecnologias de exploração e produção e a realidade socioeconômica são fatores dinâmicos que influenciam diretamente a sensibilidade ambiental dos blocos ofertados.

O estabelecimento das diretrizes ambientais para as áreas a serem licitadas também visa à redução dos riscos na obtenção do licenciamento ambiental para a realização das atividades, obrigação legal após a assinatura do Contrato de Concessão entre a ANP e as empresas vencedoras nas licitações.

Exigências ambientais nos editais e contratos de concessão de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural

Os editais e os contratos de concessão celebrados entre a ANP e as empresas vencedoras nas Rodadas de Licitações para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, realizadas periodicamente pela ANP, preveem exigências referentes à conservação e proteção do meio ambiente.

Tais exigências vêm sendo aperfeiçoadas desde a Primeira Rodada de Licitações, realizada em 1999, e atualizadas em atenção a eventuais alterações na legislação ambiental e também a partir do conhecimento acumulado da ANP sobre a implementação de melhores práticas ambientais relativas às atividades da indústria.

Atualmente, critérios ambientais objetivos contabilizam pontos na qualificação técnica das empresas concorrentes, tais como: comprovação de certificação de um Sistema Integrado de Gestão de SMS (Segurança, Meio Ambiente e Saúde); e comprovação de exigências específicas de SMS no processo de aquisição de bens e serviços de terceiros.

– A ANP no Plano Nacional de Contingência



O Plano Nacional de Contingência – PNC, regulamentado por meio do Decreto nº 8.127/2013, tem como objetivo facilitar e ampliar a capacidade de prevenção e resposta para incidentes de poluição por óleo, coordenando as ações entre instituições públicas e privadas.

A ANP integra a estrutura do PNC em três esferas: Comitê Executivo, Grupo de Acompanhamento e Avaliação – GAA e Comitê de Suporte.

O Comitê Executivo é responsável pelo detalhamento do PNC executando tarefas pré- incidente, tais como: estabelecimento de diretrizes para a implementação do PNC; elaboração do Manual do PNC; estabelecimento de um programa de exercícios simulados; supervisão do desenvolvimento do Sisnóleo; celebração de termos de execução descentralizada e convênios.

O GAA, formado pela ANP, Marinha e Ibama, consiste em um grupo de acompanhamento conjunto que visa garantir a máxima integração nos esforços de facilitação e ampliação da capacidade de resposta do poluidor durante um incidente considerado de significância nacional. A ANP será, preferencialmente, a Coordenadora Operacional do Grupo quando este envolver estruturas submarinas de perfuração e produção.

O Comitê de Suporte é formado pela ANP e por mais 17 instituições. O principal objetivo é garantir recursos humanos e materiais quando requerido pelo GAA. No âmbito deste Comitê, a ANP tem a função de: oferecer suporte ao desenvolvimento e operação do Sisnóleo; manter permanentemente atualizado o Sisnóleo, em especial no que se refere às instalações que possam causar incidentes de poluição por óleo; e oferecer suporte à segurança operacional das instalações que desenvolvam atividades envolvendo óleo, especialmente as sondas de perfuração e plataformas de produção de petróleo.

Importante ressaltar que, no âmbito do PNC, o Governo não irá prover equipamentos de resposta. A disponibilização de equipamentos de contenção é responsabilidade do Operador da concessão em atendimento a Resolução Conama nº 398/2008, que dispõe sobre o conteúdo mínimo para elaboração dos Planos de Emergência Individual – PEI.

– Inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE) referente aos Contratos de Partilha de Produção

Fruto da 1ª Licitação de Partilha de Produção, ocorrida no ano de 2013, a União, por intermédio do Ministério das Minas e Energia (MME), a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), a Shell Brasil Petróleo Ltda., a Total E&P do Brasil, a CNOOC Petroleum Brasil Ltda. e a CNODC Brasil Petróleo e Gás Ltda. celebraram contrato de partilha de produção para a exploração e produção de petróleo e gás natural no Bloco de Libra, localizado na Bacia de Santos.

A exploração e produção de petróleo e gás natural sob o regime de partilha de produção em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas é regida pela Lei Federal No 12.351, de 22/12/2010, que, dentre outras cláusulas, impõe como essencial no âmbito do contrato de partilha de produção, a apresentação de inventário periódico sobre as emissões de gases que provocam efeito estufa (Inciso XXI, Art. 29). Derivado, portanto, da mencionada Lei Federal, o contrato de partilha de produção referente ao Bloco de Libra, definiu, dentre outras obrigações ambientais, que *“durante a vigência deste Contrato, os Consorciados enviarão, à Contratante e à ANP, até o dia 31 de maio de cada ano, o inventário das emissões de gases de efeito estufa, discriminado por tipologia de fonte emissora incluindo a destinação dos referidos gases”* (item 26.6.1, cláusula vigésima sexta).

Considerando, portanto, a obrigação definida no Contrato de Partilha de Libra, a Petrobras, na condição de Operadora do referido Bloco, encaminhou, nos anos de 2015, 2016 e 2017, o inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE) referente aos anos de 2014, 2015 e 2016, respectivamente. Tais inventários consideram as



caldeiras, tochas e motores de unidades marítimas responsáveis pela execução de tais atividades. O quadro abaixo apresenta as emissões totalizadas em toneladas de dióxido de carbono equivalente no âmbito do Bloco de Libra.

Ano	Emissões de CO ₂ equivalente (toneladas)
2014	33.685,65
2015	83.143,88
2016	118.462,97
2017	178.346,40

Importante ressaltar que a medida “CO₂ equivalente” é uma forma de quantificar diferentes GEE em uma unidade única. Esta quantificação incorpora a conversão das emissões de diferentes GEE, especialmente dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄) e óxido nitroso (N₂O), considerando o seu respectivo potencial de aquecimento global (GWP), disponibilizado pelo IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas). O resultado final de emissões em CO₂ equivalente é, portanto, a somatória das emissões de CO₂ (GWP=1), adicionada das emissões de CH₄ multiplicadas por 21 (GWP=21) e das emissões de N₂O multiplicadas por 296 (GWP=296).

registrado em:

Exploração e produção de óleo e gás (/exploracao-e-producao-de-oleo-e-gas/seguranca-operacional-e-meio-ambiente/meio-ambiente/111-exploracao-e-producao-de-oleo-e-gas)

Segurança operacional e meio ambiente (/exploracao-e-producao-de-oleo-e-gas/seguranca-operacional-e-meio-ambiente/meio-ambiente/127-exploracao-e-producao-de-oleo-e-gas/seguranca-operacional-e-meio-ambiente)

« Voltar

>



Comunicação



00100.073728/2018-4



SENADO FEDERAL
Senador RUDSON LEITE – PV/RR

GSRLEITE/MEMO/008/2016

Brasília, 07 de Junho de 2018.

De: Senador RUDSON LEITE

Para: Presidente do Senado Federal
Exmo. Sr. Senador EUNICIO OLIVEIRA

Assunto: Comunica escritório de apoio político em RR.

A publicação
Em 11/06/18
J. M. M.

Senhor Presidente

Comunico a Vossa Excelência que, durante o afastamento do senador TELMÁRIO MOTA, ocuparei o escritório político estadual de Sua Excelência em Boa Vista – RR, à Rua Zacarias Mendes Ribeiro, nº 1137, Paraviana, Boa Vista – RR.

Atenciosamente

Senador RUDSON LEITE
PV-RR



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B592BE620024BBEA.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6576F1CF0024F1E6.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

Inclusões em Ordem do Dia



Concluída a instrução das **Mensagens nº 38 e 40 de 2018**, as matérias aguardarão deliberação do Plenário.

Concluída a instrução da **Mensagem nº 33 de 2018**, a matéria aguardará deliberação do Plenário.

Concluída a instrução do **Projeto de Decreto Legislativo nº 36 de 2018**, a matéria aguardará inclusão em Ordem do Dia.



Término de prazos



Encerrou-se em 8 de junho o prazo de interposição de recurso para continuação da tramitação dos **Projetos de Lei da Câmara n°s 138 e 167, de 2017**. Não houve interposição de recurso. Tendo sido rejeitados pelas comissões competentes, as matérias vão ao Arquivo.

Encerrou-se em 8 de junho o prazo para apresentação de emendas aos **Projetos de Lei da Câmara n°s 64, de 2016; e 35, de 2018**. Não foram apresentadas emendas. As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

Encerrou-se em 7 de junho o prazo de interposição de recurso para apreciação pelo Plenário dos **Projetos de Lei do Senado n°s 299, de 2014; e 25, de 2017**. Não houve interposição de recurso. Tendo sido aprovados terminativamente pela CE, as matérias vão à Câmara dos Deputados.

Encerrou-se em 6 de junho o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei do Senado n° 263, de 2018**. Não foram apresentadas emendas. A matéria vai à CMA.



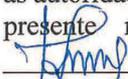
ATA DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-ARGENTINA





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

ATA DA 2ª REUNIÃO DE 2018 DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - ARGENTINA, REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2018, ÀS 14h30, NO PLENÁRIO Nº 07, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DESTINADA À REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dezesseis de maio de dois mil e dezoito, na sede do Senado Federal, no plenário nº 07, Ala Senador Alexandre Costa, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Parlamentares membros do **GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - ARGENTINA**, criado pela Resolução do Senado Federal nº 04, de 2016, com o objetivo de realizar Audiência Pública em que se discutiu a gestão compartilhada de aduanas na fronteira como alternativa para o desenvolvimento e integração dos dois países. Foram expositores o Ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União; o Embaixador Paulo Estivallet de Mesquita, Subsecretário-Geral da América Latina e do Caribe do Itamaraty; o Deputado Estadual Frederico Antunes, Presidente da Comissão do Mercosul e Assuntos Internacionais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, o Dr. Alexandre Patury, Coordenador Geral de Política de Imigração do Departamento de Polícia Federal, e o Dr. Luiz Fernando Lorenzi, Superintendente da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal (RS). Realizado o debate, ao final da Audiência Pública o Presidente da reunião determinou à Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento que adotasse as providências necessárias no sentido de comunicar às autoridades o resultado da reunião, dando a necessária publicação. Nada mais havendo a tratar, a presente reunião foi encerrada às 16h30 e eu, Aires Pereira das Neves Junior, , Titular da Coordenação de Apoio a Órgãos Técnicos, lavrei a presente Ata que, tendo sido aprovada, vai assinada pela Presidente da reunião, com a respectiva lista de presença, que passa a fazer parte integrante desta Ata, que será encaminhada à publicação no Diário do Senado Federal.

Brasília, 17 de maio de 2018.


Senador **Fernando Collor**
Presidente do Grupo Parlamentar Brasil - Argentina





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

GPARGENTINA, 16/05/2018 às 14h30 - 2ª, Reunião

Grupo Parlamentar Brasil - Argentina

Senado Federal	
TITULARES	SUPLENTES
FERNANDO COLLOR	PRESENTE
ELMANO FÉRRER	
ANA AMÉLIA	PRESENTE
LASIER MARTINS	PRESENTE
JORGE VIANA	PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO	PRESENTE
FERNANDO BEZERRA COELHO	
WELLINGTON FAGUNDES	

Câmara dos Deputados	
TITULARES	SUPLENTES
PAES LANDIM	
MILTON MONTI	PRESENTE
NELSON MARQUEZELLI	
ZÉ CARLOS	PRESENTE
BRUNA FURLAN	
RENATO MOLLING	
BENITO GAMA	
RÔMULO GOUVEIA	
JOAQUIM PASSARINHO	
HERÁCLITO FORTES	
CELSO RUSSOMANNO	

Não Membros Presentes

RONALDO CAIADO
 FAUSTO PINATO
 ROMERO JUCÁ
 WILDER MORAIS
 LEONARDO QUINTÃO
 SÉRGIO PETECÃO
 BETO ROSADO
 HILDO ROCHA
 JUNIOR MARRECA
 JÚLIO CESAR
 DELEGADO EDSON MOREIRA
 DÁRIO BERGER
 JOSÉ PIMENTEL
 ATÁIDES OLIVEIRA
 VALDIR RAUPP
 RODRIGUES PALMA
 JOSÉ MEDEIROS





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

SERGIO SOUZA

PAULO PAIM





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (2ª Reunião)

CN - 1

16/05/2018

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTC - AL) – Declaro aberta a 2ª Reunião de 2018. Esta, na realidade é a quarta reunião, contando com as duas de 2017, mas é a 2ª Reunião de 2018 do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina, que tem por objetivo discutir a gestão compartilhada de aduanas na fronteira como alternativa para o desenvolvimento e integração dos dois países.

Gostaria, inicialmente, de agradecer e registrar a muito honrosa presença de S. Ex^a o Embaixador da Argentina no Brasil, Sr. Carlos Magariños, que sempre nos prestigia com sua presença nesses encontros; de S. Ex^{as} as Sr^{as} e Srs. Deputados e S. Ex^{as} as Sr^{as} e Srs. Senadores e de todas as demais autoridades presentes a este evento.

Para debater o tema da presente reunião, contaremos com a presença do Sr. Augusto Nardes, ex-Presidente e Ministro do Tribunal de Contas da União; do Sr. Embaixador Paulo Estivallet de Mesquita, Subsecretário-Geral da América Latina e do Caribe do Ministério das Relações Exteriores; do Sr. Deputado Estadual Frederico Antunes, Presidente da Comissão do Mercosul e Assuntos Internacionais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul; do Sr. Alexandre Patury, Coordenador Geral de Polícia de Imigração do Departamento de Polícia Federal, e do Sr. Luiz Fernando Lorenzi, Superintendente da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, no Rio Grande do Sul, os quais gostaria de cumprimentar, informando que os chamaremos para a mesa diretora dos trabalhos à medida que forem anunciados para suas exposições, agradecendo antecipadamente a presença de cada um e dando as nossas melhores boas-vindas.

Antes de iniciarmos nossa audiência de hoje, é com prazer que trago ao conhecimento deste Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Argentina a notícia da sanção, por parte de Sua Excelência o Presidente da República, da Lei nº 13.664, de 14 de maio de 2018, publicada no *Diário Oficial da União* de ontem, dia 15, que institui o Dia da Amizade Brasil-Argentina. O dia 30 de novembro passará a ser comemorado a cada ano como o dia da celebração da amizade Brasil-Argentina, segundo estabelece a norma. Nessa data, há 32 anos, foi assinada a Declaração de Iguazu, primeiro passo de uma aproximação que daria origem ao processo de integração regional e que levaria, seis anos mais tarde, à criação do Mercosul, por meio do Tratado de Assunção, o qual tive a honra de assinar como então Presidente do Brasil.

Durante encontro realizado na fronteira dos dois países em 1985, os então Presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín firmaram o documento, a Declaração de Iguazu, e deram início a um processo de aproximação que marcou o início da redemocratização tanto no Brasil como na Argentina. Nesse sentido, parabenizo a todos que, de uma forma ou de outra, participaram de todo esse processo.

Feito esse registro, passo a palavra a S. Ex^a a Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente deste Grupo Parlamentar Brasil-Argentina, para fazer as suas considerações

A SR^a ANA AMÉLIA (PP - RS) – Muito obrigada, caro Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina, que tenho a honra de integrar. Quero saudar nosso Embaixador, Carlos Magariños, que tem tido uma atuação diferenciada. Desde que cheguei ao Senado, preciso fazer um elogio de corpo presente ao Embaixador Magariños, porque eu acompanhei governos anteriores da Argentina e sucessivos embaixadores, e nenhum embaixador teve uma atuação como ele está tendo, de protagonismo real, sempre disposto, não só regionalmente, mas também aqui no Senado Federal. Então, quero cumprimentá-lo.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (2ª Reunião)

CN - 2

16/05/2018

Tenho certeza de que essa é a mesma visão que os argentinos e o Parlamento argentino têm do nosso Embaixador Sérgio Danese lá, porque conheço o Embaixador Danese, foi aqui Assessor Parlamentar do Ministério das Relações Exteriores. Então, nosso *vis-à-vis* está compartilhado por diplomatas de grande competência. Esse é o primeiro registro.

Quero dizer que o objetivo desta nossa audiência fez parte desse processo: como vamos integrar mais e melhorar aquelas barreiras que existem de lado a lado? Então, eu acho que o melhor caminho é o diálogo, e uma audiência pública como esta tem esse caráter. Portanto, agradeço, Presidente Fernando Collor, pela abertura desse espaço. Tem sido extremamente produtivo.

Muito obrigada a todos. Penso que os depoimentos dos que virão aqui para falar vão nos dar exatamente o norte, para que caminho iremos. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente do Grupo de Amizade Brasil-Argentina.

Para dar início ao debate, concedo a palavra a S. Exª o Sr. Augusto Nardes, ex-Presidente do Tribunal de Contas da União e atual Ministro dessa Corte.

Convido V. Exª, Ministro Augusto Nardes, a fazer parte da mesa.

Passo a palavra a S. Exª o Sr. Ministro Augusto Nardes, que terá dez minutos para fazer a sua exposição.

O SR. AUGUSTO NARDES – Obrigado, Sr. Presidente Fernando Collor. É uma satisfação estar aqui com V. Exª e também com a Senadora Ana Amélia, que é Vice-Presidente e é minha conterrânea do Rio Grande do Sul, e o Embaixador Carlos, que representa aqui a Argentina.

É uma satisfação falar desse tema. Eu vou procurar ser breve, objetivo e pragmático no sentido de mostrar o que está acontecendo com o Brasil. Eu diria, inicialmente, ao Embaixador da Argentina que a estrutura da Argentina é um pouco melhor que a nossa em relação à fronteira. Por que eu digo isso? Porque fizemos uma grande auditoria. Eu sou relator de três auditorias. Vou começar, para os senhores entenderem por que eu quero ser objetivo e pragmático, mostrando um pouco da questão da fronteira do lado brasileiro, as dificuldades que nós temos e a perda em torno de cem bilhões por ano com contrabando e armas. E o problema maior não é com a Argentina. Certamente, é com outros países que nós temos o problema maior.

Então, nós fizemos três auditorias, que estão à disposição dos senhores, para que vocês possam conhecer o que nós avaliamos em termos de política pública do lado brasileiro e o que nós queremos fazer em termos de perspectiva e dar uma contribuição para esse trabalho que está sendo feito, liderado pelo Senador Collor e pela Senadora Ana Amélia. Nós queremos estabelecer, utilizando esses acórdãos... Não vou entrar em detalhes de cada um, eu vou fazer pequenas considerações para mostrar as falhas de política de fronteira no Brasil e como nós podemos fazer uma integração com os demais países da América Latina, especialmente com a participação da Argentina, que é um dos países mais importantes no contexto da região.

A proposta nossa é mostrar alguns dados dos prejuízos que aí acabei de falar, da nossa situação em nível internacional no contexto de perdas e especialmente de criminalidade, a situação do Brasil, que deixa a desejar em algumas áreas, especialmente na fronteira. E aí já aparece uma análise do Sisfron, que eu estive visitando, em Dourados. Como relator da matéria, eu estive lá, vendo a estratégia que está sendo montada e os avanços que estão sendo feitos via Sisfron, que é um programa extremamente interessante. Fica em Dourados, fui lá, visitei, e o Gen. Villas Bôas deu total cobertura.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (2ª Reunião)

CN - 3

16/05/2018

Aí mostra uma pesquisa da situação e do custo anual mínimo de violência decorrente do narcotráfico: em torno de R\$49 bilhões é o que nós perdemos em decorrência da desestruturação e da falta de política integrada do Estado brasileiro em relação a isso. Aí nós mostramos de forma muito clara a importância que tem a governança de fronteira, a melhoria da governança de fronteira. Os dados são bastante importantes. Somente o que nós temos de fronteira com outros países nos torna, praticamente, o 12º país do Planeta: são mais de 150 Municípios e em torno de 16,5 mil quilômetros quadrados de fronteira. Portanto, o desafio é muito grande. Aí estão os dados que mostram a importância desse segmento para o desenvolvimento do Brasil.

E aí nós já começamos a mostrar os desafios para chegarmos à política nacional que queremos estabelecer para o Brasil. Os potenciais: Oceano Pacífico; hídrico e mineral, que não é explorado adequadamente; comércio e turismo e arrecadação. Melhorar a arrecadação nos daria uma capacidade de mais de 100 bilhões por ano, se tivéssemos a capacidade de organização que eu estou propondo no final do meu acórdão.

Os problemas: injustiça social; conflitos fundiários; criminalidade; baixa densidade. A criminalidade não é somente na fronteira, a criminalidade se reflete nas grandes capitais, como o caso do Rio de Janeiro, porque as armas e o contrabando saem da fronteira, e boa parte não tem uma política integrada da estrutura do Estado brasileiro para combater isso.

Portanto, nós temos potencialidade de transformar a região, como temos problemas para serem resolvidos, dependendo de uma política e de uma boa governança, como um todo, para a Nação. Então, o que nós fizemos? Estudos. E mostramos aí, de forma organizada, articulada com toda a nossa equipe técnica, como enfrentar essas dificuldades que temos na fronteira, tanto em relação à Argentina, que é um Estado que tem uma organização bastante importante no contexto... Eu fui para os dois lados e até sou fronteiriço, eu sou da região das Missões. Do lado da Argentina estão as Misiones, eu sou do lado brasileiro, das Missões de Santo Ângelo, então eu conheço bem a realidade e convivo com essa realidade.

Primeira proposta, fazer a primeira fase: avaliar a institucionalização, planos e objetivos, verificar se existe uma política nesse sentido. Segunda fase: participação, capacidade organizacional e recursos e coordenação e coerência. E aí em cada uma eu poderia me aprofundar, mas não quero fazer isso aqui hoje diante do tempo escasso que tenho e até porque estou em plena sessão lá no Tribunal, mas, em deferência ao convite do Presidente, estamos aqui para fazer um pequeno retrato de como nós vemos isso.

O monitoramento, que é um dos princípios básicos da governança também, e a avaliação não são feitos de forma adequada pelos ministérios envolvidos, e a gestão de risco e o controle interno e *accountability* também não são adequadamente feitos, e no acórdão eu mostro isso com detalhes – e fica à disposição para a Secretaria e para a assessoria. Portanto, aí é uma avaliação do objetivo do trabalho.

O que nós detectamos? O relatório da auditoria foi feito em três etapas. Primeiro, o diagnóstico. O diagnóstico não é positivo, é claro. A avaliação foi baseada a partir de um trabalho que eu fiz de acordo com a OCDE – fui a Paris, fiz um acordo para melhorar a governança da Nação, não somente na questão da governança de fronteira. Eu até vou deixar um livro, Presidente, *Da Governança à Esperança*, que traz um novo escopo de um projeto para o Estado brasileiro que o TCU está liderando, que nós começamos na nossa gestão como Presidente. *Da Governança à Esperança* é um projeto maior para a Nação que nós estamos divulgando, pouco a pouco, para todo o Brasil. Então, usamos os referenciais baseados nas boas





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (2ª Reunião)

CN - 4

16/05/2018

práticas de governança, no que existe de melhor no mundo, hoje, em termos de governança, com vários países participando dessa cooperação conosco. Então, mostramos as causas e, além disso, as consequências dessa política e comentário dos gestores, porque, sempre depois de fazer uma auditoria chamada operacional, que é para avaliar, nós colocamos para os gestores comentarem e verificarem se está correto ou não. Damos um prazo, no TCU, para que isso aconteça.

Na minha gestão, eu priorizei mais as auditorias de prevenção. Até, em muitos momentos, o próprio Senador Collor alertou quanto a trabalhos feitos inacabados, em que era necessário mudar um pouco a política do Tribunal, e nós mudamos, em decorrência dessas colaborações e contribuições, como no caso do Senador Collor.

Portanto, aí mostra a necessidade de fazer o monitoramento e mostra a necessidade de uma mudança global na política de governança de fronteira do Brasil para transformarmos a nossa região em algumas prioridades. Um dos pontos fundamentais que eu coloco está sendo oportunizado hoje: articular com o Congresso uma política nacional de fronteira. Nós não temos política nacional de fronteira. Nós temos decretos esparsos e não temos uma política objetiva. Temos políticas improvisadas e não temos uma política de fronteira para o conjunto da Nação como um todo. Esse trabalho temos que fazer com o Congresso Nacional.

Então, definir a visão de futuro, o plano estratégico... Qual é o planejamento estratégico que nós temos em relação à fronteira? Não temos planejamento estratégico. Em relação a acordos bilaterais, está aqui o Embaixador Mesquita, isso também é extremamente importante. Está aqui o Lorenzi, da Receita. Temos integração? Parca integração como um todo.

Padronizar procedimentos: criar núcleos de fronteira para estabelecer uma política de forma integrada. Eu já fui a Foz do Iguaçu, já fizemos quatro, cinco reuniões lá, e agora eu vou a Ponta Porã, que tem um problema de conflito muito grave. Recentemente foi morto um traficante de alto calibre, do Comando Vermelho, acabou sendo morto.

Mapear o processo de atuação integrada entre as agências. Aí o conflito é grande. Temos que integrar, são três agências que fazem política internamente no Brasil. E monitorar essa política e regulamentar a polícia de fronteira. A Polícia Federal é responsável, mas não há regulamentação disso. Então, tem que haver integração. A Argentina tem uma estrutura um pouco diferente. Eu conheço um pouco da Argentina, o Embaixador conhece muito mais que a gente e pode colaborar. Mas nós temos que ter uma política integrada com a Argentina e com os demais países. Como fazer isso?

Desafios para a política de fronteira: mudar a realidade final, estabelecer uma visão de futuro, superar obstáculos de falta de recursos... Mas a questão da falta de recursos não pode ser vista somente com um lado negativo. Nós podemos potencializar, aumentar os recursos, porque há muito contrabando e tráfico de armas que não pagam impostos. Nós podemos aumentar em 100 bilhões se houver uma boa política.

Além disso, temos que ter inovação, ter capacidade de integrar com os demais países; focar em soluções que produzam resultados; ter uma agenda para estabelecer essa política, um controle social, em parceria com o controle do TCU. Nós já fizemos um grande debate, já chamamos... Isso faz parte do projeto da governança para o Brasil, comecei com a governança de fronteira: chamamos Receita Federal, Polícia Federal e, além disso, a Polícia Rodoviária, e demos uma aula de três horas de como introduzir a governança e melhorar a estrutura do Estado brasileiro. Queremos fazer com o Itamaraty, como queremos fazer com o Ministério da Fazenda. Ontem, ainda recebemos o Ministro da Fazenda; queremos fazer a mesma coisa para





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (2ª Reunião)

CN - 5

16/05/2018

que a Fazenda desperte para a questão da governança. E aí, nessa reunião que fizemos, já detectamos os principais problemas, que estão no último eslaide, que é o controle, a sociedade e a participação, que são os itens...

Sem participação da sociedade, Presidente Collor, Senadora Amélia, nós não vamos modificar a fronteira, porque temos que criar alternativas de desenvolvimento para a região. Ou seja, no momento em que você troca os contrabandistas, você tem que criar alternativas de crescimento e de desenvolvimento, e aí temos que ter uma participação do Ministério da Integração, que é o responsável pela política como um todo no País.

Então, além disso, depois de feita a audiência e a auditoria de governança e fronteira do Brasil, passamos a propor uma auditoria com os demais países. Aí que eu considero extremamente importante esta reunião, Senadora Ana Amélia e Presidente Collor, pelo seguinte: sem integrarmos com a Argentina, que é um dos líderes do bloco, do Mercosul, e sem integrarmos com os demais países, nós não conseguiremos diminuir a criminalidade e as perdas financeiras que temos na Nação. E aí é necessário que possamos trabalhar em conjunto, e estamos trabalhando em conjunto. Eu estou relatando uma auditoria com 15 países. Consegui convencer até o México, que demonstrou grande interesse, pelo que acontece no México com os Estados Unidos, de participar e colocar 20 auditores. E este ano deverá sair o resultado dessa auditoria de governança de fronteira com 15 países da América Latina, porque boa parte do contrabando e do tráfico que acontece é via Brasil e via países da América Latina, e não existe um controle adequado para esse tráfico, que vai para a Europa e para os Estados Unidos. Então, os países demonstraram grande interesse, e o México um interesse maior. Por quê? Se nós temos dificuldade de construir muros, nós podemos construir pontes, através do diálogo, através da integração. Então, qual é a proposta? É uma auditoria coordenada em áreas de fronteiras, que está acontecendo, vendo a questão da segurança e defesa, imigração, trânsito de bens e produtos, desenvolvimento socioeconômico e meio ambiente. São alguns aspectos que eu estou colocando.

Como eu quero ser rápido, eu estou finalizando já a minha exposição no sentido de que nós imaginamos que, com essa proposta – claro que eu não a estou detalhando aqui –, nós poderemos estabelecer uma política de desenvolvimento social, integração das nações sul-americanas, preservação ambiental. E aí a liderança do Brasil e da Argentina é muito importante no processo.

Eu tenho conversado com o Auditor Geral da Nação, o Lamberto, com quem me dou muito bem, porque presidi a Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs), de todos os tribunais, e este ano teremos um congresso da Olacefs de todos os países da América Latina em Buenos Aires e vamos lá estabelecer essa parceria do controle, porque o controle é extremamente importante. Nós somos os técnicos e os peritos da Nação, Senador Collor e Senadora Ana Amélia, e, portanto, nós podemos auxiliar a política do Congresso Nacional com capacitação técnica, dando dados, informações e indicadores para transformar a política nacional e integrar.

Então, qual é a ideia? Consolidar a faixa de fronteira como espaço de cooperação e integração cultural e comercial, de livre trânsito de pessoas, de compartilhamento de trabalho e de serviços e de construção de uma comunidade sul-americana coesa, de tal forma que a região ganhe escala para competir mundialmente, preservando o meio ambiente, de forma a se alcançar o desenvolvimento da região de forma sustentável.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (2ª Reunião)

CN - 6

16/05/2018

Nós começamos tudo isso, se me permite um pouco mais, Senador Collor, através de uma auditoria ambiental que fizemos no Brasil, preservação de áreas de reserva; fizemos na América Latina e agora estamos propondo e faremos este ano na África. E o nosso desejo, já que vamos presidir a INTOSAI em 2022... O que é a INTOSAI? São 195 países do mundo, e dali saem as normas internacionais. Nós vamos fazer uma auditoria mundial de preservação de área. Objetivo de Aichi, Nações Unidas: preservar 17% de áreas como preservação da biodiversidade. Então, nós começamos com esse projeto e estamos fazendo em todo o Brasil auditorias coordenadas.

Permita-me, Senador Collor, eu colocar um pouco mais, para finalizar, e entregar o livro, a questão da nossa ideia de governança para a Nação. Nós montamos um projeto para o Estado brasileiro. Eu sei que V. Exª é um líder nacional, como a Senadora Ana Amélia. Eu acho que é o grande momento de transformar o Brasil através de uma política de governança nacional, e nós estabelecemos essa governança de fronteira, como estamos estabelecendo política de governança para o conjunto da Nação. Saiu um decreto presidencial no final do ano passado, dia 22 de novembro, baseado num trabalho feito por nós, que assessoramos a Casa Civil, o Ministério do Planejamento, o Ministério da Fazenda, o Ministério da Transparência. Conseguimos fazer esse decreto para o Presidente da República, que começa a funcionar agora, no dia 22 de maio; é o limite para a implementação da política de governança nacional. Eu vou lhe entregar uma cópia do livro, que traz uma análise dos últimos três anos da situação do País e traz uma proposta, já com o decreto presidencial da governança para a Nação brasileira. Eu acho que é muito importante essa parceria com a Argentina porque a Argentina também está indo no mesmo caminho e dialogando conosco para implantar a tese da governança. Sem a tese da governança nós não mudaremos o destino da Nação. Eu posso dizer, para encerrar, fazendo um cálculo muito rápido, sem uma avaliação profunda: nós colocamos fora, nesses últimos três anos, 1,5 trilhão de recursos por desgovernança na Nação brasileira, e uma das razões é a governança de fronteira. Para atacar a criminalidade e evitar a situação constrangedora do Rio de Janeiro, se não mudar a governança de fronteira, não há como fazer de forma permanente uma intervenção no Estado do Rio de Janeiro.

Vou pedir para a minha assessoria me passar o livro, porque eu quero passá-lo para V. Exª e para a Senadora Ana Amélia e, se o Embaixador desejar, também passarei um exemplar para ele – *Da Governança à Esperança*. Eu passarei, então, tenho mais cópias aqui, é só a minha assessoria me passar para eu passar para o senhor, Presidente Collor.

Agradeço a oportunidade de poder falar, em nome do Tribunal de Contas, dessa auditoria de fronteira que estamos fazendo para o Brasil e para colaborar com a Argentina.

Quero agradecer muito ao Itamaraty e à Receita Federal, que já estão em conjunto nesse processo para que aconteça essa integração. Isso é importante.

Saúdo o Deputado Frederico, que acaba de chegar, que é também gaúcho e conhece um pouco essa realidade da fronteira.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Sr. Ministro Augusto Nardes, ex-Presidente do Tribunal de Contas da União, por sua exposição.

Passo a palavra agora a S. Exª o Sr. Embaixador Paulo Estivallet de Mesquita, Subsecretário-Geral de América Latina e Caribe do Ministério das Relações Exteriores, para a sua exposição. *(Pausa.)*

O SR. PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA – Obrigado, Senador Collor.

Cumprimento a Senadora Ana Amélia e o Embaixador Carlos Magariños.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (2ª Reunião)

CN - 7

16/05/2018

Gostaria de agradecer o convite, a oportunidade de participar desta reunião, que me parece não só muito oportuna, mas muito relevante para os desafios que se enfrentam nas regiões de fronteira neste momento e que vêm assumindo uma dimensão crescente.

Começaria agradecendo ao Embaixador Magariños, porque, ao longo dos últimos meses, a Argentina tem sido um grande estimulador de um debate maior, de uma ação mais coordenada por parte das agências brasileiras. Essa atuação na fronteira não pode prescindir da cooperação com os países vizinhos, porque muitos dos desafios são comuns, são semelhantes, e os objetivos são convergentes, mas nós partimos de uma base que é relativamente precária.

Na verdade, a atuação do Estado nas zonas de fronteira do Brasil é bastante recente. Na época do Barão do Rio Branco, quando se consolidaram as fronteiras por meio de acordos com todos os vizinhos, o Barão do Rio Branco dizia que aquelas eram fronteiras de separação: para evitar que problemas dos vizinhos interferissem na vida política brasileira. Isso mudou muito recentemente. Mudou, em parte, porque havia um grande vazio demográfico, um vazio demográfico na maior parte daquela faixa de fronteira que foi mostrada pelo Ministro Nardes e, mesmo nas áreas de colonização mais antiga, como no sul do Brasil, a política comercial fazia com que houvesse poucos contatos. Então, no fundo, havia pouca interação, pouca interação e poucos estímulos para a atuação do Estado. Isso mudou nas últimas décadas, porque, de um lado, houve essa iniciativa que começou com a Argentina, de buscar uma integração comercial que era inexistente até aquele momento, e houve também um dinamismo demográfico no Brasil que se verificou não só na Região Sul, mas também no oeste do Paraná, onde mudou muito a situação. E vemos isso agora na Região Centro-Oeste também e, em parte, na Região Norte, nos Estados do Acre e de Roraima, que agora contêm populações que apresentam outros desafios para o Estado brasileiro, e apresentam desafios tanto para o lado interno como para o lado externo.

O Ministro Nardes focou vários aspectos, mas o foco principal dele foi a questão da segurança, os desafios que se impõem para o controle do Estado nessas regiões. Mas existem outros aspectos importantes também.

O primeiro é justamente a questão do comércio. A nossa infraestrutura física e a presença dos órgãos do Estado fazem com que o comércio flua com dificuldade. Um caminhão precisa esperar dois, três ou quatro dias para atravessar a fronteira, o que muitas vezes é determinante para se decidir se operações serão feitas com os vizinhos ou se serão buscados outros mercados.

Outro aspecto importante é a presença de turistas. O Brasil é um grande receptor de turismo argentino, e esse turismo nem sempre tem todas as facilidades que seriam convenientes para os turistas e também para quem se beneficia dessa recepção.

Outro aspecto também que me parece importante é melhorar as condições de vida das populações nas zonas de fronteira. A fronteira acaba sendo cada vez mais uma área de interação, o que pode ser fonte de soluções para questões da vida municipal, como o acesso à escola, água tratada ou energia, mas nem sempre os arranjos normativos brasileiros favorecem isso. Por exemplo, o próprio exercício de certas profissões liberais é muito restrito no Brasil, o que dificulta a realização de alguns serviços que poderiam ser prestados com maior facilidade ou obtidos com maior facilidade do outro lado da fronteira. Isso nem sempre funciona de forma adequada. Existe a questão das diferenças dos tratamentos que são prestados pelos diferentes sistemas de saúde, que também poderia ser beneficiar de um maior entendimento em benefício das populações dos dois lados da fronteira.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (2ª Reunião)

CN - 8

16/05/2018

Eu vou me referir rapidamente a três aspectos concretos que têm sido objeto da nossa atenção, até agora não plenamente resolvidos, mas também há colegas da Receita Federal e da Polícia que depois complementarão esses pontos.

Um deles, então, é a questão do controle nas fronteiras. O controle, de um lado, é insuficiente para evitar a criminalidade, como foi indicado pelo Ministro Nardes, e, ao mesmo tempo, excessivamente moroso, burocrático e difícil para as pessoas que têm operações legítimas, seja para o fluxo de pessoas individuais, seja para o fluxo de comércio.

Houve a decisão, há cerca de vinte anos, de fazer áreas de controle integrado. A ideia seria reunir todos os órgãos, tanto de um país como do outro, num único espaço físico com a intenção de permitir um tratamento mais expedito e facilitado. De maneira geral, o funcionamento disso tem ficado aquém do desejável, em parte por deficiência de infraestrutura – no caso da Argentina, há a dificuldade até geográfica, o fato de que essencialmente é uma fronteira fluvial. De qualquer forma, esses postos integrados nem sempre estão tão próximos do passo de fronteira. Existe também, talvez, um certo atraso em alguns dos nossos procedimentos de controle, que, de novo, dificultam a vida do cidadão comum e do operador comercial e não são suficientes, ao mesmo tempo, para combater o crime organizado, ou desorganizado, que se encontra nessas regiões.

Eu não vou abundar mais nesses temas na expectativa de que os colegas da Polícia e da Receita Federal, sobretudo, nos digam o que é possível fazer.

O Itamaraty tem buscado favorecer um contato mais íntimo entre essas agências e o governo argentino especificamente para buscar alternativas, seja para ver o que falta para implementar o que foi acordado no passado, seja para ver aquilo que, tendo sido acordado no passado, não corresponde mais à realidade, de modo que se possam buscar soluções tecnológicas ou de outro tipo que permitam facilitar e melhorar a qualidade e a rapidez do tratamento que se recebe nos postos de fronteira.

Nós temos tido, por parte das outras agências do Governo brasileiro, uma grande boa vontade. Um exemplo aconteceu agora, recentemente, quando a Argentina solicitou apoio para a utilização do aeroporto de Foz do Iguaçu em função de obras que estavam sendo realizadas em Puerto Iguazú e, num espaço de tempo muito breve e graças à cooperação de todas as agências envolvidas em trâmites migratórios no Brasil, foi possível prestar uma assistência à Argentina para sanar essa dificuldade temporária que eles enfrentavam.

Outro aspecto que para nós é muito importante é o que mencionei relativamente à situação das comunidades, das pessoas que vivem na faixa de fronteira, que trabalham, estudam ou mantêm um tipo de trânsito na área de fronteira, o que requer certa agilização. Os acordos de localidades fronteiriças vinculadas estão sendo gradualmente implementados. Há sempre uma série de ajustes que, às vezes, são um pouco surpreendentes, mas mostram um pouco a falta de experiência também que a gente tem que enfrentar.

Houve uma tentativa entre dois Municípios, em Santa Catarina e em Misiones, de fazer um acordo para que as ambulâncias pudessem prestar serviços dos dois lados. Aí se colocou a questão do seguro, de como é que se faria no caso de um incidente. A responsabilidade civil, esse tipo de coisa, tudo isso requer acordos que deem base jurídica para isso.

Mas isso é um aprendizado. Certamente falta muito, como disse o Ministro Nardes, as áreas de fronteira não têm o tratamento que é necessário por todos esses aspectos, o que impede que as pessoas que têm atividades legítimas possam trabalhar bem e, por outro lado também, essa situação afeta claramente a questão de segurança. Essa é, aliás, uma prioridade do





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (2ª Reunião)

CN - 9

16/05/2018

governo argentino. E nós temos sentido também, da parte de todos os vizinhos, uma grande preocupação com o aumento do tráfico ilícito. Paraguai e Bolívia têm sido bastante cooperativos. Há muito ainda a fazer, mas eu acho que nós estamos na direção correta.

Acho que eu posso encerrar aqui, Senador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Sr. Embaixador Paulo Estivallet de Mesquita, Subsecretário-Geral da América Latina e do Caribe do Ministério das Relações Exteriores, pela sua exposição.

Passo agora a palavra a S. Exª o Sr. Deputado Estadual Frederico Antunes, Presidente da Comissão do Mercosul e Assuntos Internacionais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, para a sua exposição. (*Pausa.*)

O SR. FREDERICO ANTUNES – Cumprimento o Senador Fernando Collor e a Senadora Ana Amélia Lemos, cumprimento extensivo aos demais Senadores e Senadoras.

Saúdo o Embaixador Carlos Magariños, é um prazer revê-lo nesse curto espaço de tempo – estivemos na sede da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul na semana passada reativando a Câmara Empresarial Brasil-Argentina e hoje volto a revê-lo.

Saúdo os demais senhores e senhoras que contribuem para este debate, os demais painelistas e pessoas que estão aqui justamente para testemunhar, como eu busco fazer, Presidente Fernando Collor, em situações que nos afligem. As relações Brasil-Argentina são extremamente importantes para a nossa economia e vice-versa e, quando nas cabeceiras nós não temos o serviço encaixado na proporção dessa importância, nós destoamos e perdemos efetivamente a possibilidade de aproveitar o que isso nos gera, não só de valores, mas de dignidade. O que mais nos preocupa nas cabeceiras é perdermos dignidade e, sob esse aspecto, eu tenho tido oportunidade de conversar permanentemente com a nossa Senadora Ana Amélia Lemos. Nós estamos manifestando algumas preocupações.

Antes disso, algumas certezas: da qualidade dos servidores da Receita Federal do Brasil, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária – principalmente desses órgãos, mas de todos os órgãos que estão lá. Eles buscam, de todas as maneiras, fazer o melhor, mas, se não tiverem respaldo dos órgãos superiores, eles dificilmente vão ter êxito nas ações na ponta. Buscando interagir com eles e fazer a intermediação para encontrarmos caminhos, nos deparamos, até o início deste ano, com situações que destoam da origem e das responsabilidades individuais de cada um desses órgãos que nos representam no encontro, ou em pontos de encontro, dos nossos países, até mesmo com dificuldade de relações entre os agentes de órgãos distintos.

Em Uruguiana – vou citar o exemplo dessa cidade que faz fronteira com Paso de los Libres, na Argentina –, temos o maior porto seco da América Latina. Por lá passam em torno de 800 caminhões, que carregam produtos que exportamos ou que importamos. Está aqui o diretor da Federação dos Despachantes Aduaneiros (Feaduaneiros), do Rio Grande do Sul, Fábio Ciocca, que nos acompanha, que é testemunha disso. Além do trânsito de mercadorias, também é a porta por onde entra o maior número de turistas no Brasil.

Eu trouxe os dados do verão de 2017/2018: em termos numéricos, bateram o número de entradas de argentinos no Brasil em relação a 2016/2017. São dados oficiais da Polícia Federal de Uruguiana: foram 822.170 registros migratórios, o que – também dito por eles – significa mais do que a entrada por Guarulhos e Galeão – via terrestre. Então, a exigência, tanto para a passagem de mercadorias como, no caso – tema objeto desse encontro –, de pessoas, trânsito





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (2ª Reunião)

CN - 10

16/05/2018

migratório, de estruturas e infraestruturas está desproporcional em relação aos números, tanto de um serviço como de outro.

E eu disse que, a partir de janeiro, as autoridades tanto do corpo diplomático...

Eu também preciso fazer uma menção aqui ao Embaixador Sérgio Danese, muito ligado também ao Embaixador Magariños e aos seus pares nos consulados etc., que buscaram dialogar com os órgãos, e nós aproveitamos para também nos colocarmos à disposição. E esses órgãos, serviços, Receita Federal, Polícia Federal, foram encontrando caminhos para evitar o descumprimento explícito do Tratado de Recife, que estava acontecendo.

A Polícia Federal, por exemplo, desde 2014, saiu do ponto integrado em Paso de los Libres, ou seja, voltou para a nossa cabeceira, por não poder cumprir a sua missão constitucional e responsabilidade regimental de atuar, caso necessário, portando arma, em alguma situação de irregularidade. Ou seja, ela foi impedida de prestar os serviços, como prestam no lado brasileiro, no lado integrado. Incomodada com isso, veio para o lado brasileiro, onde ainda está. Fruto desse arranjo, ou rearranjo, pensado pelos organismos, foi feita, então, uma complementação ao Acordo de Recife, e essa complementação indica, no art. 5º do Decreto 18, feito pelo Conselho do Mercado Comum, a possibilidade, na sua letra "b" do art. 5º, de controle integrado por reconhecimento recíproco de competências – certamente nós vamos ouvir mais detalhes sobre isso da área da Polícia Federal, explicações técnicas. Dessa forma, nós voltaremos à regra, a regra emendada, complementada, e, logicamente, avançaremos um tanto em relação ao que nós precisamos fazer, um pouco em relação ao que nós precisamos fazer.

Há também informações, recebidas também de corpo diplomático, segundo as quais alguns encontros de cidades de fronteira, como é o caso de Uruguaiana, Paso de los Libres, Santo Tomé, São Borja, Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú, foram alçados à categoria Centro de Fronteira e, tendo mudadas suas categorias, teriam a destinação de US\$45 milhões para melhorar a sua infraestrutura, coisa que ainda não foi, pelo que nós constatamos na prática, feita. E a intenção é fazer a melhoria das estruturas para receber essa quantidade de turistas, uma vez que não existem nem banheiros à disposição nos recintos aduaneiros, nem pessoas, nem novas tecnologias, como a colocação de totens de autoatendimento para evitar as filas que se formam durante esses períodos, fila de milhares de turistas que buscam chegar ao Brasil.

Com os atrasos, Senador Collor, os argentinos tendem a acelerar a sua chegada nos dias que têm contratados de veraneio dentro do território brasileiro, e muitos acidentes acontecem ao longo das vias até os seus pontos de veraneio. Então, uma coisa acaba levando a outra, é o desgaste que nós temos numa cabeceira que deveria ser fortalecida pela sua expressão, pelo quanto nos traz, inclusive, de rendimentos para a nossa economia.

Eu venho aqui para trazer essas informações e me colocar à disposição da Comissão do Senado da República como representante do Mercosul no Parlamento do Estado que tem uma situação geopolítica especial com o Mercosul e tem também uma preocupação maior no sentido de que essas questões sejam corrigidas, sejam melhoradas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Sr. Deputado Estadual Frederico Antunes, Presidente da Comissão do Mercosul e Assuntos Internacionais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Convido agora, para fazer parte da Mesa e também para fazer a sua exposição, o Sr. Dr. Alexandre Patury, Coordenador-Geral da Polícia de Imigração do Departamento de Polícia Federal. Tem o senhor a palavra.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (2ª Reunião)

CN - 11

16/05/2018

O SR. ALEXANDRE PATURY – Boa tarde a todos, Senador Collor, Senadora Ana Amélia, Embaixador Carlos.

Fiz algumas anotações de alguns dados, ratificando a fala do Deputado. E, de início, já posso dizer, Senador, que a Argentina é muito, muito importante para o Brasil no caso do controle migratório, dentre eles. Eu gostaria de me restringir à questão do controle migratório, não necessariamente à questão de segurança pública na área de fronteiras, porque eu acho que essa integração vai evoluir mais se a gente focar na questão da cidadania da integração. Então, por isso, trouxe mais os dados voltados ao controle migratório, à integração de pessoas, não necessariamente à questão de segurança pública.

Para o senhor ter uma ideia, a Argentina corresponde a 17% do controle migratório brasileiro, isso incluindo os brasileiros. Então, 17% das pessoas que trafegam, que entram ou saem de aeroporto ou entram ou saem de qualquer ponto terrestre são argentinos. Eu anotei aqui: em 2017, 4,579 milhões de movimentos imigratórios de argentinos. Isso não quer dizer 4,5 milhões de argentinos. A gente está citando o controle migratório lembrando que tem entrada, tem saída, que algumas pessoas passam mais de uma vez pelo aeroporto por ponto terrestre. Mas a gente individualizou o controle, que eu vou passar aqui, da questão terrestre.

Ainda, dos 4,579 milhões de movimentos, 48% foram pela via aérea e 48% pela via terrestre; cerca de 3% fluvial; e menos de 1% marítimo. Aí reitera a fala do nobre Deputado que, realmente, na questão dos argentinos, eles entram mais por Uruguiana do que, circunstancialmente, por Guarulhos, pelo Galeão. Não em números absolutos, em relação a todas as outras nacionalidades, mas, na questão da nacionalidade argentina, realmente um dos pontos principais é ver que, via terrestre, em todos os pontos, dá praticamente igual à entrada por via aérea. Na via aérea: 37% é por Guarulhos, 36% pelo Galeão. Da entrada terrestre, nós anotamos, em 2017, 2.177.559 movimentos imigratórios, ou seja, 999 mil argentinos entraram em Território nacional pela via terrestre e 946 mil saíram. Sempre tem um saldo que a gente termina avaliando, de ano para ano, mas naturalmente alguns ficam no Território brasileiro, pedem permanência por residência. Então é essa a questão do movimento imigratório. Para se ter uma ideia, nós temos 58 mil argentinos residentes em Território nacional.

O controle migratório enfoca tudo: os turistas, as pessoas que querem residir, os tripulantes. Mas hoje, em Território nacional, temos 58.489, até hoje pela manhã, argentinos residentes no País. E, pelo art. 5º da Constituição, salvo algumas exceções colocadas na própria Constituição, os residentes argentinos têm os mesmos direitos dos brasileiros.

Os pontos principais de entrada: Uruguiana, que corresponde a 41% da entrada terrestre; a ponte Tancredo Neves, em Foz do Iguaçu, 28%. Mas aqui há uma característica, Senador, importante, porque a ponte que fica lá em Foz do Iguaçu atende o ano todo, e a de Uruguiana basicamente nos meses de dezembro, janeiro, fevereiro e um resíduo em março, quando há o retorno. Então, há uma grande concentração de pessoas, que chega a até 10 mil movimentos migratórios por dia.

A gente vai tentar colocar uma imagem, não sei se vai conseguir.

Para que tenham uma ideia – na verdade, disso a gente não se orgulha, está tentando trabalhar para poder diminuir –, às vezes, levam 3 ou 4 horas do lado argentino e, infelizmente, até 8 horas do lado brasileiro. É um constrangimento, mas, dentro daquela situação específica, eu acho que nem um ponto como Guarulhos conseguiria absorver essa quantidade de gente circunstanciada no mesmo momento, no mesmo local.

Senadora, veja a imagem. É isso aí.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (2ª Reunião)

CN - 12

16/05/2018

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ALEXANDRE PATURY – A imagem fala por si. Não dá para ver. A gente perde um pouco o limite da visão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE PATURY – É, Senadora, é um constrangimento, porque crianças, idosos, pessoas que vêm ao Brasil querem efetivamente gastar no Brasil como turistas, enfim. E infelizmente, pela concentração, acho que nenhum lugar do mundo, com estrutura pequena como é lá em Uruguaiana... As pessoas estão sujeitas. E a gente, às vezes...

Acho que está o.k.

Este ano a gente mandou para lá, Senadora, 40 pessoas. Normalmente são duas ou três pessoas para atendimento, mas há 40 pessoas para poderem fazer esse atendimento. E há um limite físico inclusive de cabines, há uma dificuldade enorme quando têm ônibus.

Estou aqui com a Chefe do Controle Migratório Brasileiro, a Dr^a Nelme. Há várias tentativas. A gente está tentando colocar totens, tentando fazer um pré-cadastro, mas é uma situação difícil pela concentração, como eu disse. Enfim, depois vou dizer quais são as alternativas que a gente vem estudando.

Então, basicamente essa concentração se dá em Uruguaiana. Claro que há em Foz, Capanema, Dionísio Cerqueira, São Borja, mas em uma quantidade bem menor, mais esparsa ao longo do ano, o que não dá uma situação visual como essa.

O que estamos tentando fazer? O reconhecimento recíproco. Realmente nós tivemos problemas com o Acordo de Recife pela atividade constitucional da Polícia Federal. Para se ter uma ideia, se um juiz mandar fazer uma prisão, reconhecer uma situação específica, a gente tem dificuldades no cumprimento do lado de lá, como na questão do porte de arma, mas, enfim, acho que são barreiras que a gente está ultrapassando.

Prefiro sinalizar de maneira prospectiva quais são as nossas possibilidades de atuação para fortalecer a nossa integração com a Argentina. Primeiro, a questão do reconhecimento recíproco. O que seria o reconhecimento recíproco? Seria pegar o Acordo de Recife, reconhecê-lo não em cabeceira única, do lado argentino ou do lado brasileiro, mas que houvesse uma cabeceira dupla e a saída argentina fosse considerada entrada brasileira. Ou seja, quando ele sair da Argentina, vai haver a transmissão automática no nosso sistema e o nosso sistema já faz a avaliação. Como principalmente Uruguaiana tem uma ponte, a gente teria esse *delay* para poder fazer algum tipo de atuação. E, do lado brasileiro, essa pessoa já estaria livre se não houver algum impedimento. Da mesma maneira, a saída brasileira seria considerada entrada na Argentina. Com isso, a gente tentaria diminuir essa situação.

Então, já estamos evoluindo. O MRE tem contribuído muito. Já apresentamos para o lado argentino. Está agora para análise da assessoria de Controle Interno da Polícia Federal e da assessoria jurídica. A gente acredita ou pelo menos vai tentar fortemente fazer com que isso seja implantado até o final do ano.

Queria fazer uns comentários, se o senhor me permite, esse assunto é muito abrangente. A gente precisaria até, talvez, de um tema específico para falar do controle migratório brasileiro, mas há alguns pontos sobre os quais preciso falar para chegar ao ponto final, que é a questão do acordo Mercosul da livre residência e eventual livre circulação.

Nos aeroportos a gente trabalha com barreira migratória. Em tese, ninguém entra ou sai do aeroporto para fora do País sem passar por essa barreira migratória. Já nos nossos mais de 15





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (2ª Reunião)

CN - 13

16/05/2018

mil quilômetros de fronteira terrestre, é impossível – impossível! Às vezes, Senador, eu vejo até reportagens que dizem: "Têm que melhorar o controle migratório nas fronteiras." É impossível hoje. O que a gente pode fazer é fortalecer e trabalhar com inteligência.

Para o senhor ter uma ideia, a fronteira dos Estados Unidos com o México é de 3,1 mil quilômetros. A nossa dá mais de 15 mil. A nossa fronteira só com a Venezuela dá 2,1 mil quilômetros. A fronteira com a Bolívia passa dos 3,1 mil, que é a dos Estados Unidos com o México. E veja que os Estados Unidos gastam bilhões, provavelmente são o que mais gasta no mundo inteiro e tem a maior migração irregular do mundo. Então, na realidade, não é só a questão de dinheiro, de espaço. Nós temos que internalizar as nossas dificuldades desses 15 mil, 16 mil quilômetros e fazer com que haja efetivamente uma integração onde todos nós estejamos juntos, seja Brasil, Argentina, Peru, enfim, Uruguai, para que haja essa integração no combate eventual ao crime organizado. E reconhecer que as pessoas que queiram circular livremente são pessoas muito bem vistas dentro de um contexto nacional e de um contexto internacional de cidadania.

Então, enfim, sobre esses nossos 15 mil quilômetros diz-se muito – entre aspas: "Ah, o Brasil está sendo invadido por imigrantes." Isso, na realidade, Senador, Senadora, é uma falácia. A gente acompanha o controle migratório brasileiro há mais de 5 anos. Nós temos números que comprovam que sai mais gente do País do que entra. Só em 2017, saíram 100 mil pessoas a mais do que entraram. Saíram 200 mil brasileiros e entraram 100 mil imigrantes a mais. Na compensação, nós temos uma migração negativa há mais de 7 anos.

O nosso problema, muitas vezes, é circunstancial: "Ah, muitos venezuelanos estão entrando por Roraima." É um problema circunstancial. "Há uma quantidade grande de haitianos na região Sul." É um problema circunstancial. Mas, no todo, a migração brasileira é menor. Estima-se que há mais brasileiros nos Estados Unidos do que de todas as outras nacionalidades em Território nacional.

Nós temos hoje 1,1 milhão de imigrantes ativos no País registrados na Polícia Federal. O registro é de dois milhões e poucos, mas temos 1,1 milhão ativo. Numa população de 209 milhões, isso representa 0,5% da população. A média mundial, para o senhor ter uma ideia, é de 3%; Estados Unidos, 12%; França, 12%. Então, enfim, a quantidade de imigrantes é muito pouca. Entendam que isso não é nenhuma defesa nenhum ataque. São só números que a gente quer discutir.

Por que a gente tem tratado disso? Qual é a intenção? Nós iniciamos com um acordo de livre residência para o Mercosul. Só que, talvez, em determinado ponto, a gente precise evoluir para a livre circulação. Para isso já havia previsão, pelo menos no preâmbulo, já havia a previsão de livre circulação.

A energia que nós gastamos para atender aquelas pessoas de Uruguiana, sendo que 99,9, nem sei a estimativa, mas a quantidade mínima, absolutamente mínima, é de pessoas que vão causar algum dano para o País... E eu posso assegurar ao senhor que quem é irregular ou quem é criminoso não se apresenta na Polícia Federal para fazer controle migratório. Então, a energia que a gente gasta para fazer o controle migratório desses milhares de imigrantes que entram no País é uma energia que é gasta para atender a um preceito que pode ser mudado a qualquer momento por esta Casa, inclusive, quando a gente deveria estar concentrado em, talvez, atingir uma quantidade mínima, ínfima de pessoas que talvez não devessem estar no Território nacional.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (2ª Reunião)

CN - 14

16/05/2018

Então, essa é uma proposição que a gente já vinha discutindo com o MRE, mas, enfim, isto é uma questão de Estado: a questão da livre circulação. Quem vai no verão a Santa Catarina, enfim, aos Estados do Sul, vê que a economia basicamente depende dos nossos irmãos argentinos, que trafegam e têm que, muitas vezes, se sujeitar a essas horas de fila. Nós estamos tentando, temos falhas, mas, sinceramente, estamos tentando junto com o MRE, junto com a Receita, junto com as entidades do Governo, a sociedade civil, achar uma maneira de atenuar o sofrimento desse controle migratório.

Nesse sentido, nós estamos à disposição, inclusive com os dados, se o senhor quiser, não só da migração argentina, mas de toda a migração do Mercosul, aliás, de todas as nacionalidades. Quero dizer que estamos à disposição e, sinceramente, tentando atenuar essa situação que foi passada na tela.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTC - AL) – Muito obrigado ao Dr. Alexandre Patury, Coordenador-Geral de Política de Imigração do Departamento de Polícia Federal.

Passo agora a palavra, ao tempo em que convido para fazer parte da Mesa, ao Dr. Luiz Fernando Lorenzi, Superintendente da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, Rio Grande do Sul.

O SR. LUIZ FERNANDO LORENZI – Boa tarde a todos.

Presidente, Senador Fernando Collor, Senadora Ana Amélia, Embaixador Carlos Margariños, Deputado Frederico Antunes, na pessoa de quem eu saúdo todos os demais Parlamentares aqui presentes, senhoras e senhores, vou pedir licença para uma rápida apresentação, para contextualizar um pouquinho a questão aduaneira da fronteira Brasil-Argentina.

Rapidamente, a ideia não é dar nenhum conceito técnico para os senhores. Vou só me referir a pontos de fronteira e áreas de controle integrado.

Pontos de fronteira no Brasil são locais onde está autorizado o trânsito de mercadorias e passageiros, precedidos sempre de um alfundegamento, que é autorização pela autoridade aduaneira para que ali transitem esses produtos. E as áreas de controle integrado, referidas no Acordo de Recife, já citado aqui, e listadas na Resolução nº 49, de 2001, do Mercosul, são locais de integração entre os países limítrofes, onde as operações de controle aduaneiro deveriam ocorrer de forma sequencial ou até simultânea, com vistas a maior agilidade.

Aqui nós temos uma rápida fotografia do controle aduaneiro na fronteira com a Argentina. São 1.230 quilômetros de fronteira aproximadamente. Temos nove postos de controle, nove pontos de controle de fronteira na questão aduaneira especificamente, que é a competência da Receita Federal. Os pontos marcados em amarelo são os referidos na Resolução Mercosul como em cabeceira única ou dupla cabeceira a atuar de forma integrada e os pontos assinalados, listados em branco, são aqueles em que não há previsão de integração, mas são pontos de controle alfandegários do lado brasileiro. Vejam que, na média, nós temos um posto de controle a cada 130 quilômetros na fronteira apenas do Brasil com a Argentina.

Aqui, para os senhores terem uma ideia da importância de cada um desses pontos de fronteira, a movimentação total de importação e exportação em bilhões de dólares anuais, valores de 2017, onde rapidamente destacamos os pontos de Uruguai e São Borja – ao final vou rapidamente mostrar para os senhores uma visão geral desses dois pontos –, que representam 85% do comércio entre os dois países, esses pontos de passagem que eu mostrei no início.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (2ª Reunião)

CN - 15

16/05/2018

Aqui também temos os dados do controle de trânsito vicinal e turístico. O papel da Receita Federal não é controlar o trânsito de pessoas, e, sim, o transporte de cargas e bagagens, mais especificamente, por essas pessoas. A imigração é o controle da Polícia Federal. E o dado que eu tenho aqui, realmente, cedido pela Polícia Federal, destaca que Uruguaiana tem um volume muitíssimo superior ao de todos os demais pontos da fronteira. Corroborando o que foi dito aqui, o problema, inclusive, de Uruguaiana é que esse fluxo de 820 mil pessoas por ano se concentra praticamente em três meses ou menos, que é o período de férias, quando os argentinos realmente vêm, normalmente, para o Rio Grande do Sul e até para o Estado de Santa Catarina.

Na questão da integração, e aqui foi referido pelo Ministro Augusto Nardes, nós trabalhamos realmente com muita falta de recurso, com falta de pessoas e temos que buscar soluções, realmente uma das soluções é a integração tanto das agências nacionais como as parcerias com as agências dos demais países. E os acordos do Mercosul preveem isso quando dispõem sobre as áreas de controle integrado. Em Uruguaiana nós temos o trânsito vicinal e turístico totalmente integrado em Libres, no lado Argentino; o rodoviário, transporte de cargas na importação para o Brasil e exportação para a Argentina, está integrado no lado brasileiro; e o transporte de cargas ferroviário, que agora, por outras questões, está desativado, mas estava integrado do lado brasileiro.

Em São Borja, nós temos uma integração total – depois eu mostro para os senhores uma visão do que é essa integração total – tanto do trânsito, quanto do trânsito de turismo, quanto de importação, exportação e a própria imigração. E todos os órgãos de controle sanitário estão em um único local, em Santo Tomé, do lado argentino. E todos os órgãos de controle sanitário estão em um único local, em Santo Tomé, do lado argentino. Em Dionísio Cerqueira também – aí já não é na fronteira, no Estado do Rio Grande do Sul – temos o controle e a integração da importação e exportação.

Estão sendo negociados – nem digo negociados, mas feitos alguns ajustes para integrar, em Uruguaiana, a exportação do lado argentino, algo equivalente a um porto seco no Brasil, na nossa legislação, que é o Cotecar. A Argentina está providenciando alguns ajustes na estrutura. E nós faremos a integração da exportação brasileira e importação argentina em Libres.

Em Porto Mauá, que faz divisa com Alba Posse, na Argentina, não há previsão de integração, mas já houve um pedido das autoridades argentinas de que a gente faça uma integração do lado brasileiro. Há uma participação, inclusive, do Município de Porto Mauá para disponibilizar a estrutura física para que isso aconteça.

Em Foz do Iguaçu-Puerto Iguazú, na fronteira com o Paraná, não está integrado, mas as autoridades locais, tanto argentinas como brasileiras, já entendem possível, viável integrar o controle de cargas no lado brasileiro e o transporte vicinal e de turismo no lado argentino.

Aqui, para os senhores terem uma ideia, é o modelo que a gente chama de cabeceira dupla: Uruguaiana, que faz divisa com Paso de los Libres, na Argentina, onde nós temos o controle de trânsito do lado da ponte, logo na saída da ponte do lado brasileiro para a Argentina. Temos um ponto de controle de trânsito aduaneiro. Trânsito aduaneiro, para os senhores entenderem, é só um corredor de passagem onde os veículos normalmente se sujeitam ao controle em um outro ponto. Então, aqui há verificação só da lacração, a Receita faz o que se chama de abrir o trânsito, mas a carga será conferida num outro ponto. Eu me refiro a esse ponto de controle aduaneiro – ele não está em acordo nenhum – porque ele demonstra a possibilidade de integração, na medida em que agora, em março, as conferências dos chamados





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (2ª Reunião)

CN - 16

16/05/2018

caminhões, veículos em lastre, que são os veículos vazios, que eram feitas segregadamente pelos órgãos brasileiros e argentinos, passaram a ser feitas simultaneamente, agilizando a liberação dos veículos.

Por fim, talvez aqui esteja o melhor modelo de integração, estive visitando recentemente, o Centro Unificado de Fronteira, no lado argentino da fronteira com o Município de São Borja, onde toda a estrutura de cargas, controle de turistas, controle de bagagem, vigilância sanitária e a própria imigração estão concentrados num único local. E os dois órgãos atuam não simultaneamente, mas em conjunto. Então, por exemplo, na exportação brasileira, a carga passa pela aduana brasileira e, na sequência, pelo controle aduaneiro argentino e segue viagem, tudo no mesmo local. Esse talvez seja o melhor modelo de integração que nós temos para apresentar.

Rapidamente, se o senhor me permite, Senador, gostaria só de pontuar algumas questões que foram colocadas aqui. Então, repetindo, tem razão o Ministro Nardes: nós temos que trabalhar com integração, mas temos de trabalhar com inteligência. A Receita Federal também, no controle de cargas, se depara não só com controle aduaneiro. Nós temos uma preocupação muito grande hoje de agilizar o comércio exterior.

Então, a nossa proposta – e temos metas que são públicas para isso – é efetuar o controle de fronteira de forma efetiva, mas também não impactar nos tempos do trânsito de mercadorias e de passageiros, de forma que isso possa se refletir na relação entre os países e até no comércio entre os países.

O Embaixador Estivallet mencionou aqui a necessidade de simplificação de procedimentos, com o que eu concordo. Hoje, nós temos à disposição a tecnologia, que é uma forma que temos de compensar as nossas carências. Apenas para exemplificar, eu próprio questionei, às vezes, a necessidade... Nada mais burocrático que a aposição de carimbos, e o pessoal me refere que isso tem de ser exigido porque há um acordo de 1990. Então, hoje, a realidade é outra. Digo isso apenas exemplificar a necessidade de modificarmos isso. Isso tem de ser feito, mas não vai ser feito pela Receita Federal. Há negociações bilaterais.

O Delegado Patury mostrou para os senhores um filme sobre Uruguaiana. O pessoal lá, inclusive, reportou-me que nós tivemos picos, que, em determinado dia, havia 30 mil viajantes argentinos naquele ponto. Isso, por si só, já seria problemático, mas é mais problemático ainda porque aquelas pessoas estão ali, e ali passam – o filme não mostrou – 800 caminhões por dia. Então, nós temos 40 mil pessoas em meio a 800 caminhões por dia. Embora a Polícia Federal atue ali, aquele é um recinto alfandegado administrado pela Receita Federal. Preocupa-nos muito essa situação. E por que eu me reporto a isso? Digo isso até pela presença dos dois embaixadores. Nós estivemos numa reunião, na semana passada, com o Superintendente da Polícia Federal do Rio Grande do Sul, e foi mencionado esse acordo de reconhecimento recíproco de competências. Entendemos, tanto a Receita quanto a Polícia, que é uma maneira de solucionar esse problema. Por isso, então, representando aqui a Receita Federal, destacamos a importância de que realmente esse acordo seja feito, porque ele teria condições de, em janeiro do próximo ano, eliminar essa situação.

Por fim, quero aproveitar a presença do embaixador argentino para mencionar que estive visitando recentemente estas unidades, as de São Borja e de Uruguaiana. Todos os colegas da Receita Federal mencionaram a colaboração dos órgãos argentinos, da Gendarmería, da Anfip e dos próprios coordenadores das áreas de controle integrado. Então, eu lhe agradeço.

Senador, obrigado pelo convite e pela oportunidade da nossa apresentação.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (2ª Reunião)

CN - 17

16/05/2018

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTC - AL) – Muito obrigado, Dr. Luiz Fernando Lorenzi, Superintendente da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal do Estado do Rio Grande do Sul, pela sua exposição.

Tenho a satisfação de passar a palavra agora a S. Exª o Sr. Embaixador Carlos Magariños, Embaixador da República Argentina no Brasil.

O SR. CARLOS ALFREDO MAGARIÑOS – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de começar meus comentários parabenizando V. Exª e a Senadora Ana Amélia por este compromisso que têm demonstrado com a Argentina nas relações bilaterais.

Sinceramente, o trabalho desta comissão, deste comitê, deste Grupo Parlamentar tem um efeito muito importante nas relações bilaterais, no diálogo que os governos dos dois países têm com as agências, com os legisladores. Nós estamos trabalhando muito para replicar esse modelo de funcionamento na Argentina.

Desejávamos ter uma visita do Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina da Argentina, mas ele está muito envolvido num debate na Argentina, no Parlamento. Ele é o responsável pelas discussões sobre a Lei do Aborto. Então, por isso, ele não está aqui presente. Mas me pediu o Deputado Lipovetzky que eu lhes enviasse uma mensagem de fraternidade, de amizade, de solidariedade, na esperança de que, prontamente, ele poderá estar aqui para estudar como funciona esse mecanismo.

Hoje, falei com meu querido amigo Embaixador do Brasil na Argentina, Sérgio Danese, que me pediu, por favor, que eu lhes transmitisse suas saudações e seu agradecimento por se lembrarem dele sempre aqui, por se reportarem às suas ações.

Hoje, em particular, quero começar agradecendo à Senadora Ana Amélia por sua proposta de falar da integração fronteiriça entre Argentina e Brasil, que é um tema muito importante, porque acho que nós falamos da integração, fazemos muitos acordos, muitas negociações, mas precisamos ver os efeitos concretos disso. Temos de fazer uma escala muito longa, de quatro horas, de um lado, e de oito horas, do outro, para poder cruzar a fronteira. Então, não percebemos os benefícios de todas as falas dos governantes.

Então, é um tema que se reflete imediatamente nos interesses das pessoas, do povo. No caso da Argentina e do Brasil, isso se reflete no enorme interesse que temos nos dois lados. Na Argentina, o primeiro país no turismo receptivo é o Brasil, ou seja, o nosso maior contingente de turistas vem do Brasil. E ficamos muito felizes... Provavelmente, o meu Cônsul não está tão feliz como os demais, mas ficamos muito felizes com o fato de que milhões de argentinos, todos os anos, visitam as praias brasileiras não só no Sul do Brasil, mas também no Nordeste. Falamos isso com o Senador Monteiro, por quem temos muita estima, a quem fizemos um grande agradecimento pelo seu compromisso com a relação bilateral. Agora, temos crescentes contingentes no Nordeste do Brasil. O Senador Fernando Collor sabe muito bem que Maceió, por alguns anos, foi o centro da nossa visita, bem como as praias de Pernambuco, como Porto de Galinhas, Carneiros e muitas outras.

Então, temos de falar disso. Eu gostaria de começar a falar disso, agradecendo aos nossos colegas do Itamaraty, ao nosso Embaixador Paulo Estivallet e a toda a sua equipe, porque eles trabalham em condições de muito estresse. Ele falou acerca do pedido da Argentina de ajuda para a restauração do nosso aeroporto em Puerto Iguazú. Fiz uma proposta num período muito curto. Felizmente, as autoridades argentinas do turismo, as nossas autoridades fronteiriças vêm falando sobre o tema, mas a ação do Itamaraty foi determinante para coordenar as agências e implementar uma solução rapidamente.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (2ª Reunião)

CN - 18

16/05/2018

Eles também vêm trabalhando muito com todas as agências, com a Receita Federal, com a Polícia Federal, para facilitar, aceitar e acelerar os postos fronteiriços.

Hoje, em suas intervenções, os palestrantes trataram de praticamente todos os temas, mas eu gostaria de mencionar apenas algumas coisas, como a proposta para que a comissão promova a sua agenda de trabalho e a sua vinculação com outros organismos do Estado brasileiro. Temos de concentrar os esforços para culminar o que começamos no Tratado de Recife com as Áreas de Controle Integrado. Uma dessas áreas, a de São Tomé e de São Borja, está funcionando bem; é a única das cinco que está funcionando 100%. Nas outras, temos os problemas que os senhores mencionaram, que não são problemas menores, que são problemas de infraestrutura, que requerem investimento. Mas acho que é preciso concentrar ali todo o esforço, para termos ao menos essas cinco áreas em operação no mais curto prazo possível.

No caso da Argentina, também temos de fazer investimentos em infraestrutura. Eu não gostaria que nada do que falei hoje seja compreendido como uma crítica, como uma censura a algumas agências ou organismos do Governo brasileiro, porque esse é um esforço compartilhado. Não adianta eu falar dos problemas daqui ou os senhores falarem dos problemas de lá; temos de tratar de complementar esforços e de harmonizar a nossa capacidade de investimento na fronteira. Brasil e Argentina têm de investir nos mesmos lugares ao mesmo tempo, para que isso produza os resultados desejados.

Nesse sentido, creio que um elemento muito útil que temos de alavancar, que temos de promover, é a Tarjeta de Trânsito Vicinal Fronteiriço. Temos um acordo, que está vigente. Fomos capazes de fazer alguns progressos. Fizemos progressos em algumas áreas. Entendo que, na zona de Paso de los Libres e de Uruguaiana, em Puerto Iguazú e em Foz do Iguaçu, temos, no lado argentino, a Direção Nacional de Migrações, para emitir essa Tarjeta de Trânsito Vicinal Fronteiriço, que permite o trânsito vicinal na área de fronteira. Temos um segundo tipo de Tarjeta de Trânsito Vicinal Fronteiriço que é diferente e mais complexo, porque permite que os cidadãos das cidades fronteiriças, de localidades fronteiriças integradas, possam trabalhar, estudar, ter acesso a serviços de saúde. Então, essas são um pouco mais complicadas. Mas, quanto às Tarjetas de Trânsito Vicinal Fronteiriço, que permitem a livre circulação, creio que temos um objetivo que é alcançável. Do lado argentino, já estamos emitindo Tarjetas de Trânsito Vicinal Fronteiriço. E o Brasil propôs, numa reunião em Buenos Aires, em fevereiro, um modelo de Tarjeta de Trânsito Vicinal fronteiriço com maior segurança, com mais elementos de segurança, que foi muito bem recebido pelas autoridades argentinas também. Você trabalhou nisso.

Acho que as agências estão trabalhando com toda a boa vontade possível, estão trabalhando de forma coordenada. Provavelmente, precisamos fazer um novo apelo, um novo esforço, e mostrar também que o orçamento público dedica prioridade para isso. Aqui, isso não tem de ser feito, não tem de ser apresentado com base em boa vontade, porque é um investimento para gerar comércio. A quantidade de argentinos que cruzam as fronteiras no Brasil... Eles consomem no Brasil muito dinheiro, em termos de compra de serviços, na parte do turismo, e o mesmo ocorre com os brasileiros que vão para a Argentina. Nesse sentido, falamos muito com o Itamaraty, neste último ano, para tratar de melhorar o *staff* das distintas agências brasileiras que trabalham nos postos de fronteira e nas Áreas de Controle Integrado. Na Argentina, temos muita vocação para isso, porque temos muita demanda de argentinos que querem vir para o Brasil.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (2ª Reunião)

CN - 19

16/05/2018

O Sr. Lorenzi mencionou os nove pontos que reconhece o Brasil: cinco Áreas de Controle Integrado e quatro pontos fronteiriços. Na Argentina, além desses nove pontos, temos dois pontos mais, habilitados todos os anos com oficiais da Polícia Federal e com oficiais da fronteira, para facilitar a saída de argentinos e para facilitar também a chegada de brasileiros. Então, eu diria que essa situação ao menos deveria funcionar bem nessas cinco Áreas de Controle Integrado. O primeiro passo seria tentar fazer funcionar essas Áreas de Controle Integrado o mais rapidamente possível. Acho que estamos num bom caminho. Com alguns esforços a mais, acho que será possível conseguir ao menos que essas cinco Áreas de Controle Integrado trabalhem efetivamente.

Eu gostaria também de aproveitar esta oportunidade, em que falamos desses temas, para parabenizar a Senadora Ana Amélia e o Deputado Estadual Antunes pelas iniciativas que eles fazem permanentemente para facilitar e aumentar o comércio e a integração regional.

Com o Deputado Antunes, na semana passada, quando trabalhamos na revitalização da Câmara Empresarial Brasil-Argentina, no Rio Grande do Sul, falamos de uma iniciativa que eles estão promovendo para a instalação de lojas francas, que é um tema que, na Argentina, gerou muito interesse, para não dizer barulho, a princípio, porque não compreendemos bem o alcance dessas lojas francas. O Deputado explicou isso, e me convidou e também o Sr. Cônsul para uma reunião na sexta-feira, em Gramado. Espero ter a oportunidade de ir a Gramado, porque entendo que é uma cidade fantástica. Mas essa foi uma reunião muito importante e muito útil para nós termos melhor o que pretende o Brasil fazer com as lojas francas.

Eu gostaria de pedir ao Deputado Estadual uma ajuda para ter alguma avaliação do que vocês esperam quanto ao impacto econômico dessas medidas. O nosso Ministério de Indústria e Comércio, na Argentina, perguntou-me sobre essas questões, porque, obviamente, esperamos que seja uma criação de oportunidades para todos, para todos os lados da fronteira. Entendemos que assim pode ser, mas temos de trabalhar juntos para explicar bem todos esses temas para os lados da fronteira.

Sinceramente, acho que muitas dessas alternativas vão incrementar e ajudar muito a melhorar o intercâmbio nessas zonas.

Temos também um projeto, que está na Câmara dos Deputados, de Zonas Francas Fronteiriças. Está na Câmara dos Deputados aqui, no Brasil. É uma questão um pouco mais demorada, mas também podemos considerar isso oportunamente.

Esses são os meus comentários sobre o tema técnico de hoje.

Eu gostaria também de agradecer e de parabenizar a iniciativa do Congresso brasileiro. Quero agradecer ao Presidente Michel Temer por promulgar essa lei de amizade, na celebração do Dia da Amizade Brasil-Argentina, em 30 de novembro. Vamos festejar, pela primeira vez, aqui no Brasil, esse dia 30 de novembro.

Eu gostaria de convidar todos vocês, todos os membros do Grupo Parlamentar a irem à Embaixada da Argentina. Vamos fazer, se os Senadores nordestinos me permitirem, um assado gaúcho para festejar o Dia da Amizade. Acho que é uma demonstração de interesse, de aproximação, que põe agora o nosso Congresso na situação de examinar a mesma declaração, que é muito pertinente e muito oportuna. Quando o Senador Collor leu a lei, ele mencionou que se lembra da data de 30 de novembro de 1985, quando se firmou a Declaração de Iguazu. Neste ano, no dia 29 de novembro, celebramos 30 anos do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, que foi o segundo tratado, depois da Declaração de Iguazu, que cimentou a relação bilateral. Assim, no dia 30 de novembro, festejamos o Dia da Amizade binacional e os 30





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (2ª Reunião)

CN - 20

16/05/2018

anos desse Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, que gerou, como bem lembrado pelo Senador Collor, o Tratado de Assunção, que o senhor teve o privilégio de assinar e que é um marco fundamental da integração da América Latina.

Se o Senador me permitisse, eu não gostaria de concluir minha apresentação sem fazer um agradecimento ao Governo do Brasil. O Embaixador Estivallet me enviou, na semana passada, as declarações do Presidente Temer. Eu escutei todos os lados, as declarações dos Senadores e dos funcionários do Governo brasileiro em apoio à Argentina em frente da turbulência cambial que o nosso país teve nas últimas duas semanas. Todos vocês sabem muito bem que somos um governo que gostamos de falar das coisas, de falar dos problemas e das dificuldades, gostamos de enfrentar isso falando sempre a verdade. Acho que, naturalmente, alguns exportadores brasileiros tiveram alguma preocupação com a situação argentina, e todo o Brasil, que tem simpatia pelo nosso país, interessou-se pela situação.

Acho que todos estamos advertidos quanto à situação criada nos mercados cambiais do mundo emergente. O aumento do valor do dólar nos últimos 15 dias gerou turbulências em todo o mundo das economias emergentes.

Se você olhar o indicador dos mercados emergentes, o EMBI – *Emerging Markets Bond Index*, você poderá comprovar uma caída, do princípio do ano até agora, de cerca de 8%, ou seja, toda a dívida dos países emergentes foi, de alguma maneira, depreciada pelo mercado. Ontem foi o pior dia do ano, dos últimos 12 meses, para o indicador das moedas dos países emergentes. JP Morgan mede regularmente a cotação das moedas emergentes, que, ontem, caiu 1,4%, o pior desempenho dos últimos 12 meses.

Então, nesse contexto, a nossa moeda também sofreu turbulências financeiras e ataques especulativos. É uma situação de que nós argentinos, infelizmente, temos muita lembrança. Então, todas as economias tiveram um distinto impacto. Aqui, no Brasil, o real também depreciou. Em outras regiões do mundo, a economia também depreciou. No nosso país, o impacto foi muito considerável. Inclusive, ontem, houve um episódio muito particular, porque o governo teve de enfrentar a renovação de um montante de letras do Banco Central equivalente a US\$25 mil millones, US\$25 bilhões. Foi um dia em que tivemos um desafio local e uma situação internacional muito complexa.

Quando estive no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, para o lançamento da Câmara, muitos jornalistas me perguntaram sobre esse tema. Eu falei que nós argentinos temos muita confiança nas instituições financeiras, no Banco Central da República Argentina, para enfrentar essa situação. Assegurei lá e depois assegurei aqui, falando aos jornalistas em Brasília, que o objetivo do governo argentino é minimizar o impacto dessa situação na inflação e no crescimento do Produto Interno Bruto. A razão por que a Argentina estava mais exposta que outros países a essa situação tem muito a ver com a decisão do nosso governo de financiar gradualmente a redução do gasto público, da porcentagem do gasto público, no PIB.

Eu gostaria somente de lembrar... Não quero fazer aqui nenhuma defesa da política particular desse governo, mas, sim, eu gostaria de fazer uma defesa da imagem da Argentina. Quando o Presidente Macri tomou posse, em dezembro de 2015, as reservas do Banco Central da Argentina eram de US\$25 bilhões, de US\$25 mil millones, a mesma soma que tinha de renovar ontem somente em letras do Tesouro. Foi uma combinação de políticas que permitiu fortalecer as reservas do Banco Central. A princípio, neste ano, as reservas são de US\$63 bilhões. Isso permitiu enfrentar a turbulência financeira. O Banco Central investiu nesse processo de estabilização da moeda US\$10 bilhões. É possível que essa turbulência tenha impacto na taxa de





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (2ª Reunião)

CN - 21

16/05/2018

inflação e no crescimento no curto prazo, mas, no longo prazo, a política do governo está orientada a garantir um crescimento da economia que permita criar emprego. Nos últimos dois anos e meio, o governo foi capaz de gerar 300 mil vagas, 300 mil postos de trabalho. Então, nós estamos comprometidos com isso. Sabemos que é um desafio muito grande. Nos últimos dois anos, a Argentina foi capaz de reduzir a porcentagem do gasto público com a porcentagem do PIB e, ao mesmo tempo, reduzir os impostos em dois pontos do PIB.

É um esforço muito grande. Estamos tentando fazer em todos os aspectos e valoramos muito a confiança de nossos parceiros. Fiquei muito impressionado de ver as declarações dos empresários brasileiros, que falavam com confiança da capacidade de reagir e administrar essa situação que enfrentamos nos mercados financeiros.

Estou muito feliz de comentar que ontem, justamente o pior dia das moedas dos emergentes no mundo, o peso argentino se valorizou em 3,5%. Isso significa que as políticas estão começando a dar certo. Vamos ter mais turbulências, vamos ter muitos desafios, estamos longe de falar que a situação está resolvida. Acho que todos os nossos países têm de trabalhar muito nessa situação, mas não queria finalizar sem falar da confiança que temos no fato de que a Argentina será capaz de manter seu crescimento, gerando oportunidades para os argentinos e para todos nossos parceiros.

Uma vez mais muito obrigado a todos vocês por esta oportunidade fantástica de trocar informações aqui regularmente. Sinceramente, eu gostaria, mais uma vez, de agradecer ao Senador Collor por sua liderança, sua dedicação e seu compromisso com o aprofundamento e melhora da relação bilateral.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTC - AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Embaixador Carlos Magariños.

Eu gostaria de aditar às palavras de V. Ex^a que os integrantes do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina do Congresso Nacional brasileiro têm plena confiança na condução que está sendo empreendida pelo governo de seu país, no sentido de debelar essa crise cambial que se abateu sobre todos os mercados emergentes.

V. Ex^a falou muito bem, dizendo que não é um caso específico ou isolado o da República Argentina, mas de todos os mercados emergentes, a começar da própria Rússia, por exemplo, que vem sofrendo também fortemente com esse ataque cambial que vem sendo feito em relação a todas as moedas de países emergentes frente à alta da taxa de juros no mercado americano e até da própria valorização da moeda daquele país.

Que V. Ex^a saia daqui, Sr. Embaixador, com a palavra – que acredito possa dar em nome de todos os integrantes desta Comissão – de plena confiança de que o seu governo haverá de debelar rapidamente essa crise e contar com a nossa solidariedade em todos os momentos que V. Ex^a assim necessitar.

A primeira Senadora inscrita é S. Ex^a a Senadora Ana Amélia, a quem eu passo a palavra.

A SR^a ANA AMÉLIA (PP - RS) – Como o nosso querido Senador Armando Monteiro chegou, se ele tiver alguma emergência, eu abro mão para S. Ex^a, com a permissão do nosso Presidente, para que todos possamos compartilhar desse debate.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB - PE) – Eu queria só registrar, Presidente, cumprimentando já o nosso Embaixador e os convidados que participaram desta audiência, meu lamento por não poder ter participado desde o início porque tive um compromisso externo, mas não poderia deixar de vir trazer aqui também o meu apoio, a minha manifestação





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (2ª Reunião)

CN - 22

16/05/2018

de confiança e o reconhecimento de que essa relação Brasil-Argentina é algo muito importante do ponto de vista dos nossos interesses permanentes.

Quero destacar a importância do tema que hoje se discutiu – essa questão da gestão compartilhada das aduanas para um maior desenvolvimento e uma maior integração das nossas relações econômicas. Creio que esse tema é muito importante, muito pertinente, e identificam-se possibilidades de melhorarmos o desempenho do sistema no interesse maior das economias dos dois países.

Quero também dizer, para nossa satisfação, que o Brasil e a Argentina vivem um momento de muito alinhamento na compreensão dos desafios que temos em função da própria ordem mundial, mas sobretudo de alguns temas que são muito importantes neste momento, como, por exemplo, o acordo Mercosul/União Europeia. Como sei que o nosso Embaixador compartilha disso, tenho muita confiança de que poderemos ainda neste ano celebrar a realização desse acordo, que corresponde a uma aspiração, Presidente Collor, de quase 20 anos em que temos exercitado esse processo.

Eu tive a oportunidade de – ao tempo em que estive no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, mas sempre em estreita parceria com o Itamaraty, que, de resto, sempre teve a condução desse tema – iniciar o processo de retomada com a primeira oferta que foi feita ao Bloco da União Europeia. E vejo agora que esses esforços que empreendemos ao longo do tempo serão coroados – eu espero – com a conclusão desse acordo que representa um marco muito importante para o processo de integração da nossa região com a União Europeia.

Então, eu quero cumprimentar especialmente os que participaram aqui da audiência e quero também dar um testemunho do papel muito construtivo que o Embaixador Magariños tem tido em toda essa agenda. Sei do entusiasmo e da participação que ele tem.

Portanto, eu quero cumprimentá-lo e dizer que temos também – e o Presidente Collor expressou isso de forma muito feliz – muita confiança de que a Argentina vai poder vencer essa dificuldade episódica e seguir na trilha que é, sem dúvida nenhuma, a da retomada do crescimento sustentável. É isso o que o seu povo merece, e o seu governo tem firmemente conduzido o país nesta direção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTC - AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Armando Monteiro, pelas suas sempre objetivas e pertinentes considerações.

Agora, sim, passo a palavra a S. Ex^a a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (PP - RS) – Caro Presidente Fernando Collor, Senador Armando Monteiro, caro Embaixador Carlos Magariños, eu queria agradecer e renovar o nosso sincero agradecimento ao Ministro Nardes, ao Embaixador Paulo Estivallet, ao Deputado Frederico Antunes, ao Sr. Alexandre Patury e ao Sr. Luiz Fernando Lorenzi, que aqui representaram as instituições mais impactadas no que nós estamos tratando hoje.

Eu queria saudar também a presença do Sr. Fábio Ciocca, que é Vice-Presidente do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros do Estado do Rio Grande do Sul e Diretor da Federação Nacional dos Despachantes Aduaneiros.

Logo em seguida, entregaremos, junto com o Deputado Frederico Antunes, um documento ao Presidente Fernando Collor que trata de matérias relacionadas a isso.

Dos depoimentos aqui formalizados, caro Presidente Fernando Collor, vimos que o dever de casa de nosso lado talvez seja o mais exigente neste momento, porque não é possível que um turista brasileiro que vá a Argentina tenha de esperar por três horas e nós façamos com que





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (2ª Reunião)

CN - 23

16/05/2018

um turista argentino que aqui venha tenha de ficar por oito horas, sob o sol a pino, esperando numa aduana, como foi explicado aqui também pela Receita Federal e pelo Alexandre Patury, em que trafegam caminhões, porque todo caminhão passa por essa ponte. Mesmo caminhando, eu diria que é uma desorganização da mobilidade urbana extraordinária. Nós temos de correr contra o tempo.

Eu queria dizer que, em 2016, foi sancionado um acordo fronteiriço entre Brasil e Argentina. Nós já tínhamos um com o Uruguai. Lembro perfeitamente que aqui era assessor parlamentar o Embaixador Sérgio Danese. Esse acordo fronteiriço com a Argentina estava lá na Câmara dos Deputados. Ele me pediu um empenho, e eu tinha lá uma relação parlamentar interna, como sempre fazemos entre as Casas, que, às vezes, é complicada, mas a gente consegue. Fui à Câmara e pedi a Deputados do Rio Grande do Sul que tinham interesse no assunto, e conseguimos trazer da Câmara para cá esse acordo fronteiriço, que foi sancionado em janeiro de 2016, ou seja, passados mais de dois anos.

Em seu art. 1º, ele trata da Carteira de Trânsito Vicinal Fronteiriço. Eu gostei muito da Polícia Federal e da Receita em alguma medida também, porque aqui não se trata apenas da questão da segurança, da questão da criminalidade. O Ministro Nardes pontuou um pouco isso com ênfase, mas não é só isso. Esse é um aspecto relevante, mas o que nós temos de fazer é melhorar a qualidade dessa relação ali, porque não adianta falar em integração se você não a vive e se você tem barreiras e burocracia.

Estive nesse final de semana na fronteira com o Uruguai e lá vê-se uma placa assim: "Pagamento de pedágio não é aceito em moeda estrangeira, só em moeda nacional." Quer dizer, nós temos uma região que não está integrada nesses aspectos. Temos de criar uma forma de resolver isso, o que para mim é simples. Claro que a Receita Federal poderá dizer: "Ah! Mas moeda estrangeira..." O Mercosul precisa ser completo nisso.

Essa Carteira de Trânsito Vicinal Fronteiriço está permitida num acordo sancionado... Fazendo homenagem ao Embaixador, a Argentina fez o dever de casa. Nessa carteirinha que, casualmente, me emprestou o Deputado Frederico Antunes, que tem residência em Porto Alegre e em Uruguaiana... A Argentina concede a carteira vicinal uruguaiana, e a Polícia Federal faz a carteira correspondente para o vicinal de Passo de Los Libres ou em São Borja ou em São Tomé, ou Alvear, Itaqui, Alba Posse, e assim por diante.

Essa é a carteira que a Argentina fez, mas a Polícia Federal deveria fornecer esse mesmo documento que dá passe livre e o carro entra, se tiver essa carteira. Ele não precisa passar por toda aquela burocracia de entrada e da saída porque ela lhe dá passe livre para entrada. Só que nós não fizemos isso. A Argentina fez um determinado número de carteiras dessa identidade e, como não houve a nossa parte – temos de reconhecer essa deficiência... Claro, a Polícia Federal pode dizer que não tem receita para isso. Sim, vamos ponderar e habilitar o Orçamento para que ela possa realizar isso. Então, nós temos algumas questões que precisamos resolver aqui.

Gostei muito, Alexandre, e acho que você foi muito claro. Eu falava com o Presidente Fernando Collor que, se eu soubesse que eram tão profundos os problemas que temos nesse processo, teria começado muito antes, Presidente Collor, mas ainda bem que começamos.

O Alexandre fala de um sistema integrado que, na ponta, quando o argentino vai entrar no Brasil, ele dá a saída na Argentina. E, automaticamente, com um *software* que é fácil de fazer, imagino eu, porque há tecnologia para isso, ele dá entrada no Brasil.

Eu estive na fronteira com o Canadá. Aqui foi mencionada a fronteira com o México, em que, claro, há uma situação mais complicada pela entrada dos imigrantes ilegais. Mas, na





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (2ª Reunião)

CN - 24

16/05/2018

fronteira com o Canadá, a aduana canadense te entrega a dos Estados Unidos, e vice-versa; se você sai dos Estados Unidos para o Canadá, automaticamente, dá entrada no Canadá. Nós precisamos caminhar um pouco nessa direção.

Acho que essa sugestão que o Alexandre apresentou aqui é pertinente e é facilitadora desse processo. Temos de trabalhar muito nisso.

É claro que há problemas sérios, contrabandos, mas temos de ver a questão da cidadania. É a cidadania que está em conta aqui. A questão da saúde... Aquilo que foi mencionado aqui da ambulância de lado a lado não poder... Ou fazer uma hemodiálise em Libres, se houver uma clínica lá e não houver em Uruguiana. Vem o argentino lá... Fazer essas facilitações aos turistas.

Outra questão também de que já que falamos é que nós, no Brasil, aceitamos, Embaixador – já mencionei isso –, como carteira de identidade a carteira de habilitação, porque ali estão todos os dados de que você precisa saber, inclusive o tipo de sangue. Na legislação argentina, não é convencional aceitar esse documento; tem de ser a identidade. Eu vivi... Estive na Argentina bem antes do processo. Agora estive lá novamente e já vi que houve uma ampliação do atendimento, guichês muito mais ágeis. Antes era um papelzinho, como um papel de padaria... Até um dia me deram e me disseram: "A senhora só pode ficar por três dias e, depois, tem de voltar aqui para receber..." Isso foi ali em Libres. Então, nós temos de quebrar... Acho que essa boa vontade que já houve em relação à Argentina...

Quero mencionar, para não falar só de problemas, que nós tratamos aqui da questão regulatória da erva-mate. E a Argentina decidiu recentemente, Presidente, numa reunião do Grupo Mercosul em Assunção, que aceitará revisar a Resolução GMC nº 12/11 sobre o regulamento técnico dos limites máximos de contaminantes inorgânicos em alimentos, o que afeta basicamente a erva-mate. Essa foi uma demonstração clara de boa vontade da Argentina numa questão que, para o Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, que são os maiores produtores, é muito relevante.

E há um outro pontinho que vou apontar agora e que apresentei até ao Ministro da Educação. O Deputado Frederico Antunes, como Presidente do Parlamento do Mercosul, encaminhou-me uma demanda dos professores das universidades federais, dos institutos federais e de organizações comunitárias de ensino, porque, quando o Governo fez a mudança da questão da educação, a Base Nacional Comum Curricular, definiu a língua inglesa como preferencial, como base do currículo nacional. Ora, originalmente, o espanhol havia sido escolhido. O que aconteceu? Aqueles que se prepararam, se instrumentalizaram, fizeram... Mas o Ministro foi muito objetivo e disse que o localismo prevalece sobre o nacional. Então, qual é o localismo para aquela região toda? É o espanhol. Porém, como na regulação interna nacional e nesse aspecto tanto quanto a questão do Revalida de diplomas de nível superior, há a questão da chamada reciprocidade. Nós vamos definir como espanhol, desde que, do outro lado, haja também a regulação do ensino do português. Só que dizem que não há muito interesse dos países de fala espanhola – não falam da Argentina – porque, como o português só o Brasil fala na região, não há... Mas penso que, como estamos numa zona de entendimento, acho que não há dificuldade de se avançar, de se conversar mais sobre isso, ou de se respeitarem essas características locais.

O próprio Deputado também está trabalhando muito... Saúdo, Embaixador, sobre a questão dos *free-shops*, de que fui relatora aqui na Comissão de Relações Exteriores e na Comissão de Economia também, que são uma nova realidade que se está criando. Sei que a





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (2ª Reunião)

CN - 25

16/05/2018

Argentina tem, em Porto Iguazu, uma unidade, mas não tem o conceito *free-shop* como tem o Uruguai na zona terrestre, em Libres e nas outras regiões.

No mais, quero agradecer muito a colaboração dos que vieram trazer essas... E nós temos de fazer o manual do dever de casa, a Comissão, o Presidente Collor, do que nós vimos hoje para ajudar as instituições.

A Receita Federal e a Polícia Federal têm também outra demanda que é o tal adicional de fronteira. Há anos isso está para quem trabalha ali... Porque 40 pessoas não conseguem atender adequadamente o turista que está chegando naquele momento... Temos de criar um mecanismo, usar a tecnologia, usar a informação. Às vezes, não é nem a questão do recurso, mas a integração mesmo. Acho que hoje o ambiente está muito melhor.

Renovo também, Embaixador Magariños, a minha solidariedade. Espero que a Argentina, um país pelo qual tenho um grande afeto, um grande carinho, supere logo essa passagem. Nós já passamos por isso e sabemos que isso é passageiro, felizmente, e que a capacidade de liderança do Presidente Macri será suficiente, com a sua equipe, para superarem esse momento.

Muito obrigada, Presidente Collor.

Acho que temos agora um grande dever de casa a cumprir aqui dentro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTC - AL) – Grato a V. Ex^a, Senadora Ana Amélia, pelas suas considerações, que serão levadas em conta não somente nos trabalhos que vêm sendo executados por uma equipe de consultores do Senado Federal... Hoje era para que nós já apresentássemos um resumo das outras três anteriores reuniões e das providências que estão sendo tomadas até o presente momento, mas, infelizmente, porque houve a superposição de uma reunião de uma comissão de medida provisória, não foi possível a esses consultores entregar o trabalho, o que esperamos trazer na nossa próxima reunião do Grupo de Amizade Brasil-Argentina, incluindo já aí isso que acaba de solicitar S. Ex^a a Senadora Ana Amélia para que nós possamos agilizar essas questões pontuais nas aduanas das nossas fronteiras.

Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (PP - RS) – Eu pediria, antes do encerramento, Presidente, que V. Ex^a convidasse, para a entrega desse documento do sistema que diz respeito à aduana e aos despachantes, pautado e baseado nas nossas sugestões...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTC - AL) – Pois não. Pode chamar, Senadora.

A SR^a ANA AMÉLIA (PP - RS) – São o Deputado Frederico Antunes e o Fábio Ciocca, que é o representante do Sindicato dos...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTC - AL) – Peço a V. Ex^a que faça a entrega oficialmente. (*Pausa.*)

Agradeço, portanto, mais uma vez, a participação das Sr^{as} e dos Srs. Parlamentares, Deputados, Deputadas, Senadores, Senadoras, das autoridades aqui presentes, e muito especialmente de S. Ex^a o Sr. Embaixador da República da Argentina, Carlos Magariños; do Sr. Augusto Nardes, Ministro do Tribunal de Contas e ex-Presidente daquele tribunal; do Sr. Embaixador Paulo Estivallet de Mesquita, Subsecretário-Geral da América Latina e do Caribe do Ministério das Relações Exteriores; do Sr. Deputado Estadual Frederico Antunes, Presidente da Comissão do Mercosul da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul; do Sr. Dr. Alexandre Patury, Coordenador-Geral da Política de Imigração do Departamento de Polícia Federal; e do Sr. Dr. Luiz Fernando Lorenzi, Superintendente da Receita Federal do Brasil da 10^a Região fiscal, no Estado do Rio Grande do Sul.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (2ª Reunião)

CN - 26

16/05/2018

Antes de encerrar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sr^{as} Deputadas e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovada.

Antes de encerrarmos os trabalhos de hoje, lembro às Sr^{as} e aos Srs. Senadores membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da nossa próxima reunião deliberativa para amanhã, quinta-feira, dia 17 de maio de 2018, às 9h, neste plenário.

Muito obrigado e boa tarde a todos!

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 33 minutos.)



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PODE - Romário**

Maranhão

Maioria-MDB - Edison Lobão*
Maioria-MDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSDB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Maioria-MDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Maioria-MDB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Maioria-MDB - Airton Sandoval* (S)
Maioria-MDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Maioria-MDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PODE - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Rodrigues Palma* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

Maioria-MDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PSD - Raimundo Lira* (S)
Maioria-MDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PODE - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PODE - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Maioria-MDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Maioria-MDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Maioria-MDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Maioria-MDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Maioria-MDB - Roberto Requião*
Bloco-PODE - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PRB - Pedro Chaves* (S)
Maioria-MDB - Waldemir Moka*
Maioria-MDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
Maioria-PROS - Hélio José* (S)
-S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Maioria-MDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PDT - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
Maioria-MDB - Romero Jucá*
Bloco-PV - Rudson Leite** (S)



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco da Maioria - 19

MDB-18 / PROS-1

Airton Sandoval.	MDB / SP
Dário Berger.	MDB / SC
Edison Lobão.	MDB / MA
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eunício Oliveira.	MDB / CE
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Garibaldi Alves Filho.	MDB / RN
Hélio José.	PROS / DF
Jader Barbalho.	MDB / PA
João Alberto Souza.	MDB / MA
José Maranhão.	MDB / PB
Marta Suplicy.	MDB / SP
Renan Calheiros.	MDB / AL
Roberto Requião.	MDB / PR
Romero Jucá.	MDB / RR
Simone Tebet.	MDB / MS
Valdir Raupp.	MDB / RO
Waldemir Moka.	MDB / MS
Zeze Perrella.	MDB / MG

Bloco Social Democrata - 17

PSDB-12 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB / MG
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Moraes.	DEM / GO

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania - 13

PSB-4 / PCdoB-1 / REDE-1 / PPS-1
PODE-5 / PV-1

Alvaro Dias.	PODE / PR
Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Elmano Férrer.	PODE / PI
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PODE / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Romário.	PODE / RJ
Rose de Freitas.	PODE / ES
Rudson Leite.	PV / RR
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 12

PT-9 / PDT-3

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PDT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Kátia Abreu.	PDT / TO
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11

PP-6 / PSD-5

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PSD / PB
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC

Bloco Moderador - 8

PTB-1 / PR-4 / PRB-2 / PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PRB / MS
Rodrigues Palma.	PR / MT
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

Bloco da Maioria.	19
Bloco Social Democrata.	17
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.	13
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	12
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11
Bloco Moderador.	8
S/Partido.	1
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Garibaldi Alves Filho* (Maioria-MDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Pedro Chaves* (Bloco-PRB-MS)
Airton Sandoval* (Maioria-MDB-SP)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Raimundo Lira* (Bloco-PSD-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PODE-PR)	Hélio José* (Maioria-PROS-DF)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Reguffe** (-S/Partido-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Jader Barbalho* (Maioria-MDB-PA)	Renan Calheiros* (Maioria-MDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	João Alberto Souza* (Maioria-MDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Requião* (Maioria-MDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Rocha** (Bloco-PSDB-MA)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Maranhão** (Maioria-MDB-PB)	Rodrigues Palma* (Bloco-PR-MT)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PODE-MT)	Romário** (Bloco-PODE-RJ)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Romero Jucá* (Maioria-MDB-RR)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dário Berger** (Maioria-MDB-SC)	Kátia Abreu** (Bloco-PDT-TO)	Rose de Freitas** (Bloco-PODE-ES)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Rudson Leite** (Bloco-PV-RR)
Edison Lobão* (Maioria-MDB-MA)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Simone Tebet** (Maioria-MDB-MS)
Eduardo Braga* (Maioria-MDB-AM)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Valdir Raupp* (Maioria-MDB-RO)
Elmano Férrer** (Bloco-PODE-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eunício Oliveira* (Maioria-MDB-CE)	Marta Suplicy* (Maioria-MDB-SP)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Waldemir Moka* (Maioria-MDB-MS)
Fernando Bezerra Coelho** (Maioria-MDB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Wilder Morais* (Bloco-DEM-GO)
Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)	Zeze Perrella* (Maioria-MDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO
COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (MDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (MDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (MDB-MG)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p>Bloco da Maioria (MDB/PROS) - 19</p> <p>Líder Simone Tebet - MDB (142,162)</p> <p>.....</p> <p>Líder do MDB - 18 Simone Tebet (142,162)</p> <p>Vice-Líder do MDB Valdir Raupp (141)</p> <p>Líder do PROS - 1 Hélio José (42,48,86,155)</p>	<p>Bloco Social Democrata (PSDB/DEM) - 17</p> <p>Líder Eduardo Amorim - PSDB (70,103,140)</p> <p>Vice-Líderes Davi Alcolumbre (74,87,131,150) Ataídes Oliveira (75)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 12 Paulo Bauer (100)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Ricardo Ferraço (78,85,112,160) Roberto Rocha (37,54,111,158,159)</p> <p>Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (104)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (32,51)</p>	<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11</p> <p>Líder Ciro Nogueira - PP (165)</p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira (106) Otto Alencar (49)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PP - 6 Benedito de Lira (106)</p> <p>Líder do PSD - 5 Omar Aziz (45,101)</p> <p>Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,96,117)</p>
<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 12</p> <p>Líder Lindbergh Farias - PT (28,59,62,89,125,134,135)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (8,26,116) Regina Sousa (34)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 9 Lindbergh Farias (28,59,62,89,125,134,135)</p> <p>Vice-Líder do PT Paulo Rocha (25,41,55,63,126)</p> <p>Líder do PDT - 3 Acir Gurgacz (8,26,116)</p> <p>Vice-Líder do PDT Ângela Portela (139,163)</p>	<p>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB/PCdoB/REDE/PPS/PODE/PV) - 13</p> <p>Líder João Capiberibe - PSB (1,11,113,153,154)</p> <p>Vice-Líderes Randolfe Rodrigues (20,23,91,156) Vanessa Graziotin (17,22,157)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 4 Antonio Carlos Valadares (52,71,146,164)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (13,19,145,166)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Graziotin (17,22,157)</p> <p>Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (20,23,91,156)</p> <p>Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64)</p> <p>Líder do PODE - 5 Alvaro Dias (16,65,136)</p> <p>Vice-Líder do PODE Romário (137,152)</p> <p>Líder do PV - 1 Rudson Leite (167)</p>	<p>Bloco Moderador (PTB/PR/PRB/PTC) - 8</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PR (43,46,109)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 1 Armando Monteiro (97)</p> <p>Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (105)</p> <p>Vice-Líder do PR Magno Malta (108)</p> <p>Líder do PRB - 2 Eduardo Lopes (81,95)</p> <p>Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,67,69)</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - MDB (119)</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (102,129,144) Davi Alcolumbre (74,87,131,150) Flexa Ribeiro (132,151) Sérgio Petecão (10,133,148) Wilder Morais (39,122,128,147)</p>	<p>Minoria</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (15,21,50,53,79,90,114)</p>	

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



3. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
4. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
7. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
8. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
26. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido à liderança do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
52. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
60. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).



66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB)
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
70. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
71. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
72. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
99. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e, em virtude de sua desfiliação do partido.
100. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
101. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD)
102. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017)
103. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
104. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
105. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
106. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
107. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 11/2017)
108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017)
109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
110. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
111. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
114. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
115. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
120. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDB nº 71/2017)
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 74/2017)
125. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
126. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
128. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
129. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



130. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
132. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
134. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
135. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).
136. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
137. Em 04.07.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 05.07.2017, o Senador Raimundo Lira foi designado líder do PMDB e da Maioria (Of. 39 e 40/2017-GLPMDB).
139. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
140. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).
141. Em 16.08.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 1º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017)
142. Em 16.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada 2ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017).
143. Em 23.08.2017, o Senador José Medeiros foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 12/2017).
144. Em 05.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho deixou a liderança do PSB em virtude da sua desfiliação do Partido (Memo 67/17-GSFERCOE).
145. Em 12.09.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
146. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado vice-líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
147. Em 13.09.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
148. Em 13.09.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
149. Em 13.09.2017, o Senador José Medeiros foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
150. Em 13.09.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
151. Em 13.09.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
152. Em 21.09.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Of. nº 1/2017)
153. Em 27.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
154. Em 28.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
155. Em 11.10.2017, o Senador Hélio José foi designado líder do PROS (Of. 315/2017-GSHJOSE).
156. Em 31.10.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
157. Em 31.10.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
158. Em 23.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSDB (Of. 235/2017-GLPSDB)
159. Em 13.03.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
160. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
161. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros renunciou à 2ª vice-líderença do Governo (Of. 63/2018-GSJMEDEI).
162. Em 04.04.2018, a Senadora Simone Tebet foi designada líder do PMDB e da Maioria (Of. nº 40/2018-GLPMDB)
163. Em 04.04.2018, a Senadora Ângela Portela foi designada vice-líder do PDT (Memo nº 1/2018-GLDPDT).
164. Em 04.04.2018, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado líder do PSB (Of. nº 9/2018-GLPSB).
165. Em 10.04.2018, o Senador Ciro Nogueira foi indicado líder do Bloco Democracia Progressista (Of. S/N/2018-BI.DPROG)
166. Em 09.05.2018, a Senadora Lídice da Mata foi designada vice-líder do PSB (Memo nº 17/2018-GLDPSB).
167. Em 06.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado líder do PV (Memo. 1/2018-GRSLEITE).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Instalação: 06/12/2017

Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 16/05/2018

Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 12/07/2018

Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 23/08/2018

Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 21/09/2018

TITULARES	SUPLENTE
MDB	
Senador Dário Berger ⁽³⁾	1. Senador Eduardo Braga ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽³⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽³⁾
Senador Roberto Requião ⁽³⁾	3. Senador Airton Sandoval ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	1.
Senador Wilder Morais (DEM-GO) ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾

Notas:

- Em 28.11.2017, os Senadores José Pimentel e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Fátima Bezerra membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 56/2017-GLBPRD).
- Em 28.11.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, e o Senador Armando Monteiro membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor a comissão (Of. 110/2017-BLOMOD).
- Em 28.11.2017, os Senadores Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Roberto Requião foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga e Valdir Raupp membros suplentes, pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 215/2017-GLPMDB).
- Os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Acir Gurgacz foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, e o Senador Pedro Chaves designado relator, em reunião realizada em 06.12.2017 (Memo. nº 001/2017-CTREFCC).
- Em 06.02.2018, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a comissão (Memo 01/2018-BLDPRO).
- Em 27.02.2018, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 23/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Felipe Geraldês / Diogo Peixoto

Telefone(s): 3303-4854 / 3510

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)
RELATOR: Senador José Maranhão (MDB-PB)

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Senador José Maranhão (MDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PROS-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

** Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 61 - 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



3) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA

Finalidade: Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------



4) COMISSÃO EXTERNA PARA INVESTIGAR EMPRESAS BRASILEIRAS NO PARAGUAI

Finalidade: Averiguar as informações veiculadas na imprensa nacional nos últimos anos a respeito da grande quantidade de empresas brasileiras instaladas no Paraguai.

(Requerimento nº 19, de 2018)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁴⁾

Instalação: 23/05/2018

MEMBROS

Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾

Senador Airtton Sandoval (MDB-SP) ⁽¹⁾

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾

Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾

Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽²⁾

Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 08.05.2018, os Senadores Eduardo Braga, Airtton Sandoval, Acir Gurgacz, Armando Monteiro e Roberto Rocha foram designados membros da comissão (Of. 31/2018-GSEBRA).
2. Em 08.05.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro da comissão (Of. 22/2018-BLOMOD).
3. Em 10.05.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro da comissão (Of. 35/2018-BLPRD).
4. Em 23.05.2018, os Senadores Eduardo Braga e Pedro Chaves foram eleitos presidente e relator, respectivamente (Memo 1/2018-CTPAR)



6) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS - 2016

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Maioria	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Felipe Gerales e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



7) COMISSÃO EXTERNA DE FISCALIZAÇÃO DA
INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO

Finalidade: Acompanhar a execução e os desdobramentos da intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

Requerimento nº 37, de 2018

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2.
	3. Senador Romário (PODE-RJ)

Notas:

*. Em 24.04.2018, os Senadores Rose de Freitas e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Eduardo Lopes, membros suplentes, para compor o colegiado.



8) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

Finalidade: Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins (Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Prazo final prorrogado: 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽¹⁾	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁾	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



9) COMISSÃO EXTERNA DA TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI

Finalidade: Realizar diligência nas cidades de Tabatinga e São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas, para averiguar a denúncia de massacre de indígenas de uma tribo isolada na Terra Indígena Vale do Javari e verificar as consequências de cortes orçamentários da Funai.

Requerimento nº 742, de 2017

Número de membros: 3

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS



10) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2018

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** . Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

*****. O Ato do Presidente nº 12, de 19 de dezembro de 2017, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2018.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



11) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO - 2015

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques
VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro
RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Helena Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

** O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helena Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾

Leitura: 25/04/2017

Instalação: 09/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

Prazo final prorrogado: 18/08/2018

TITULARES	SUPLENTE
MDB	
Senadora Simone Tebet (MS) ⁽³⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁵⁾
Senadora Marta Suplicy (SP) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽⁴⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	

Notas:

*. Em 14.12.2017, foi lido o Requerimento nº 1091, de 2017, que prorroga o prazo da CPI por 180 dias.

1. Em 08.08.2017, os Senadores José Medeiros e Ana Amélia foram designados, respectivamente, titular e suplente na Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo nº 56/2017-BLDPRO).

2. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Simone Tebet e José Medeiros, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator, do Colegiado (Memo nº 1/2017-CPIMT)

3. Em 09.08.2017, as Senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy foram designadas membros titulares na Comissão pelo Bloco da Maioria (PMDB)(Of. 166/2017-GLPMDB).

4. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

5. Em 18.10.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo PMDB (Of. 206/2017-GLPMDB).

6. Em 21.11.2017, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 240/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3492



2)CPI DA ELETROBRAS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades envolvendo o processo de privatização das Centrais Elétricas do Brasil (Eletrobras).

Requerimento nº 316, de 2018

Número de membros: 10 titulares e 10 suplentes

Leitura: 23/05/2018



3)CPI DOS SUPERSALÁRIOS

Finalidade: Investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados públicos em desacordo com o teto constitucional, bem como estudar possibilidades de restituição desses valores ao erário pelos beneficiários.

Requerimento nº 815, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/09/2017



4)CPI DOS CARTÕES DE CRÉDITO - 2018

Finalidade: Investigar os juros extorsivos cobrados pelas empresas operadoras de cartão de crédito.

Requerimento nº 107, de 2018

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁸⁾

Leitura: 14/03/2018

Instalação: 17/04/2018

Prazo final: 28/10/2018

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (MDB, PROS)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Zeze Perrella (MDB-MG) ^(6,7,9)
Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(6,7)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(1,10)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽²⁾	

Notas:

- Em 11.04.2018, os Senadores Wilder Morais e Lasier Martins foram designados membro titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 28/2018-BLDPRO).
- Em 11.04.2018, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. nº 21/2018-BLOMOD).
- Em 11.04.2018, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 29/2018-GLBPDC).
- Em 11.04.2018, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata (Of. 27/2018-GLPSDB).
- Em 11.04.2018, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro titular, e a Senadora Regina Sousa, suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. nº 23/2018-BLPRD).
- Em 11.04.2018, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Romero Jucá foram designados membros titulares, e o Senador Dário Berger, suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor o Colegiado (Of. nº 42/2018-GLPMDDB).
- Em 13.04.2018, o Senador Dário Berger deixou a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá, que passou a ocupar vaga de suplente (Of. 45/2018-GLPMDDB).
- Em 17.04.2018, os Senadores Ataídes Oliveira, Dário Berger e Fernando Bezerra Coelho foram escolhidos para ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator da comissão, respectivamente (Memo. 1/2018-CPICC).
- Em 17.04.2018, o Senador Zeze Perrella foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo Bloco da Maioria, para compor o Colegiado (Of. nº 48/2018-GLPMDDB).
- Em 23.04.2018, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o Colegiado (Of. nº 04/2018-BLDPRO).
- Em 25.04.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 35/2018-GLPSDB).

Secretário(a): Leandro Bueno / Fernanda Lima

Telefone(s): 3303-3508

E-mail: coceti@senado.leg.br



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (MDB-RN) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Raimundo Lira (PSD-PB) ^(5,25)	1. Senador Eduardo Braga ^(5,8)
Senador Roberto Requião ^(5,8)	2. Senador Romero Jucá ⁽⁵⁾
Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁵⁾	3. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁵⁾
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ^(5,20)	4. Senador Waldemir Moka ⁽⁵⁾
Senadora Simone Tebet ⁽⁵⁾	5. Senador Airtton Sandoval ^(16,19,24)
Senador Valdir Raupp ⁽⁵⁾	6.
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽¹⁹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾	1. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ^(1,28)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(1,12,14)	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(1,11)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽³⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,21,22,27)	2. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(3,22,23,26,27)
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽³⁾	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁵⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁵⁾	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	2. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁵⁾	1. VAGO ⁽¹⁸⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. ^(7,15)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁴⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(4,9,10)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(4,13)	3. Senador Rodrigues Palma (PR-MT) ^(4,29)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
5. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
6. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
7. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
8. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDDB).
9. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
10. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
11. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
12. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
13. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 68/2017-BLOMOD).
14. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).
15. Em 12.09.2017, a Senadora Lúcia Vânia passa a atuar como membro titular, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 79/2017-BLSDEM).
16. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
19. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDDB).
20. Em 31.10.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. nº 210/2017-GLPMDDB).
21. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
22. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. 233/2017-GLPSDB).
23. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Ofício nº 236/2016-GLPSDB).
24. Em 07.02.2018, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPMDDB).
25. Em 23.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 18/2018-GLPMDDB).
26. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
27. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Dalírio Beber, que passou a integrar a comissão como membro suplente (Of. nº 19/2018-GLPSDB).
28. Em 25.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. 34/2018-BLPRD).
29. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516
E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
VAGO	1.

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE
LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marta Suplicy (MDB-SP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾	1. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁸⁾
Senador Waldemir Moka ^(8,11)	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁸⁾	3. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ^(8,14)	4. Senador Edison Lobão ⁽⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ^(8,12)	5. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(6,18,19,20,21)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	3. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	4. Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ^(9,24)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(3,15,16)	2. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(10,22)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁵⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Rodrigues Palma (PR-MT) ^(7,23)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁷⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁷⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁷⁾

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
19. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 238/2017-GLPSDB).
20. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
21. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPSDB).
22. Em 17.04.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Morais, pelo Bloco Democracia Progressista, na comissão (Memo. 3/2018-BLDPRO).
23. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
24. Em 06.06.2018, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 17/2018-GLDEM)

Secretário(a): Patrícia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos das pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (MDB-MS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽³⁾

Leitura: 23/08/2017

Prazo prorrogado: 24/12/2018

TITULARES	SUPLENTES
Senador Waldemir Moka (MDB-MS) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Airton Sandoval (MDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁾	3. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹⁾	4. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽¹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	5. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 23.08.2017, foram designados os Senadores Waldemir Moka, Airton Sandoval, Dalirio Beber, Maria do Carmo Alves e Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Ângela Portela, Ronaldo Caiado, Romário, Cidinho Santos e Armando Monteiro, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. 110/2017-CAS)

2. Em 30.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Dalirio Beber, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 122/2017-CAS).

3. Em 12.09.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado Relator da subcomissão (Of. nº 12/2017-CASRARAS).

*. Prazo final prorrogado, nos termos do Ofício nº 186/2017-PRESIDENCIA/CAS.

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (MDB-MA) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria ⁽⁵¹⁾	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (MDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (MDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (MDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(1,50,53)
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (MDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (MDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (MDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (MDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (MDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(1,44,49)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,19)
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(6,11,13,19)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17)	4. Senador Hélio José (PROS-DF) ^(6,45)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(6,19,22,27)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(6,22,27)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(6,42,43)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(3,21,28,33)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,12,35,36,37,47)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15,23,24,25,26)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Wilder Morais (DEM-GO) ^(9,48)	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(9,48)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(20,23,24,25,26)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(5,46)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(5,39)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽³²⁾	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(4,38,41,52)	1. Senador Alvaro Dias (PODE-PR) ^(4,29,31,34)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,30)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Rodrigues Palma (PR-MT) ^(2,16,54)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(2,40)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).



4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).
21. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
22. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
23. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
26. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
27. Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
28. Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
29. Em 10.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passou a compor o colegiado como membro titular (Memo. 71/2017-BLSDEM).
30. Em 10.08.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Memo. 71/2017-BLSDEM).
31. Em 19.09.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de ocupar a vaga de suplente no colegiado, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 84/2017-BLSDEM).
32. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
33. Suspensão de 27.09.2017 a 17.10.2017, quando o Plenário deliberou sobre a ação cautelar nº 4.327/2017, do Supremo Tribunal Federal.
34. Em 10.10.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 1/2017-GLBPCD).
35. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
36. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 232/2017-GLPSDB).
37. Em 21.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dalírio Beber, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 239/2017-GLPSDB).
38. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
39. Em 12.12.2017, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 39/2017-GLDPRO).



40. Em 05.02.2018, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 01/2018-BLOMOD).
41. Em 07.02.2018, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Of. 02/2018-GLBPDC).
42. Em 21.02.2018, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo 8/2018-BLDPRO).
43. Em 21.02.2018, o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática cede uma vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2018-BLPRD).
44. Em 27.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente, pelo PMDB, em substituição ao Senador Hélio José para compor a comissão (Of. 19/2018-GLPMDB).
45. Em 28.02.2018, o Senador Hélio José foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Paulo Rocha, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 17/2018-BLPRD).
46. Em 14.03.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. 25/2018-BLDPRO).
47. Em 14.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Roberto Rocha, para compor o colegiado (Of. 26/2018-GLPSDB).
48. Em 17.04.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ronaldo Caiado e este, suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 6/2018-GLDEM).
49. Em 18.04.2018, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. 49/2018-GLPMDB).
50. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
51. Em 25.04.2018, o Bloco da Maioria cedeu uma vaga de membro suplente ao PSDB (Of. 54/2018-GLPMDB).
52. Em 25.04.2018, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Memo. 33/2018-GLBPDC).
53. Em 26.04.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Of. 36/18-GLPSDB).
54. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (7,12)	1. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Dário Berger (7)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senadora Marta Suplicy (7)	3. Senador Raimundo Lira (PSD-PB) (15)
Senador José Maranhão (7)	4. Senadora Simone Tebet (18)
Senador Edison Lobão (7,15,18)	5.
Senador João Alberto Souza (7)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1,9,19)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (21)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) (5)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	3. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (14)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (17)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2,16,22,23,26,27)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,19)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)	3. Senador Romário (PODE-RJ) (13,20)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (3)	1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (3,25)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)	3. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (8,10,11,24)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDDB).
13. Em 16.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 73/2017-BLSDEM).
14. Em 18.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 62/2017-BLDPRO).
15. Em 31.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular, em substituição ao Senador Raimundo Lira, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 178/2017-GLPMDDB).
16. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 80/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 05.10.2017, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 198/2017-GLPMDDB).
19. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 216/2017-GLPSDB).
20. Em 11.10.2017, o Senador Romário foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. nº 3/2017-GLBPDC).
21. Em 24.10.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 225/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 13/2017-GLBPDC).
24. Em 08.02.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 4/2018-BLOMOD).
25. Em 28.02.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).
27. Em 17.04.2018, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Democracia e Cidadania para compor a comissão (Memo. 30/2018-GLBPDC).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹¹⁾	1. Senador Aírton Sandoval ^(11,14)
Senador Romero Jucá ^(11,23,24)	2. Senador Dário Berger ⁽¹¹⁾
Senador João Alberto Souza ⁽¹¹⁾	3.
Senador Valdir Raupp ^(11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(8,22)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(1,10)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽²⁰⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾	2. VAGO ^(2,21)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(5,15)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,17,18)
Senador Rodrigues Palma (PR-MT) ^(5,25)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ^(5,12,16)

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".

- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalirio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).
- Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Morais, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).
- Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).
- Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 37/2017-BLOMOD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
22. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
23. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
24. Em 25.04.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para integrar o colegiado (Of. 55/2018-GLPMDB).
25. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
MDB ⁽²¹⁾	
Senador Fernando Bezerra Coelho ^(6,10,22)	1. Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁶⁾	2.
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁶⁾	3.
VAGO ^(6,9)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(4,30,32)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ^(4,28,29,33)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ^(1,8,19)	1.
Senador José Medeiros (PODE-MT) ^(1,11,25)	2.
VAGO ^(1,12)	3.
VAGO ^(7,14)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(3,24)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁰⁾	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽²³⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁷⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(16,31)
Senador Romário (PODE-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(18,27)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾	1. Senador Rodrigues Palma (PR-MT) ^(5,34)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,13,15)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ^(5,26)

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).

7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).

10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).

11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).

13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 10/2017-GLBPDC).
19. Em 28.11.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 246/2017-GLPSDB).
20. Em 28.11.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 83/2017-BLDPRO).
21. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).
22. Em 27.02.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 22/2018-GLPMDB).
23. Em 27.02.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
24. Em 27.02.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador José Medeiros, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
25. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Memo. nº 25/2018-GLPSDB).
26. Em 15.03.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 19/2018-BLOMOD).
27. Em 10.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Memo. nº 28/2018-GLBPDC).
28. Em 11.04.2018, o Senador Jorge Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 24/2018-BLPRD).
29. Em 17.04.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Viana, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 25/2018-BLPRD).
30. Em 17.04.2018, o Senador José Pimentel foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ângela Portela, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 28/2018-BLPRD).
31. Em 17.04.2018, a Senadora Lidice da Mata foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o Colegiado (Memo 31/2018-GLBDPC).
32. Em 25.04.2018, a Senadora Ângela Portela foi designada membro titular, em substituição ao Senador José Pimentel, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Ofício 29/2018-BLPRD).
33. Em 25.04.2018, a Senador Jorge Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Humberto Costa, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Ofício 30/2018-BLPRD).
34. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE
PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO

Finalidade: Aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

Instalação: 09/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
MDB	
Senador Valdir Raupp ⁽²⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽²⁾
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC) ⁽¹⁾	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽²⁾	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

Notas:

- Os Blocos Social Democrata, Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham uma vaga no Colegiado.
 - Em 04.08.2017, foram designados os Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e Telmário Mota, como titulares, e Hélio José, Ângela Portela e João Capiberibe, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. nº 75/2017-CDH)
 - Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 76/2017-CDH).
- *. Em 03.08.2017, é criada a Subcomissão Temporária, nos termos do Requerimento nº 83, de 2017, da CDH (Of. nº 74, de 2017-CDH)
 **. Em 09.08.2017, a Comissão reunida aprovou o RDH 87/2017, que alterou o nome da Comissão para Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (Of. 76/2017-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.4) SUBCOMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA INTERVENÇÃO FEDERAL

Finalidade: Proteção dos Direitos Humanos na vigência da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, estabelecida pelo Decreto Federal nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
MDB	
	1. Senador Hélio José (PROS-DF)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV)	
Senador Romário (PODE-RJ)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR)
	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR)	

Notas:

*. Em 07.03.2018, foram indicados como membros titulares o Senador Romário, o Senador Paim e o Senador Telmário Mota, pelos Blocos Parlamentar Democracia e Cidadania, Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e Bloco Moderador, respectivamente, e membros suplentes o Senador Hélio José, a Senadora Ângela Portela e o Senador Lindbergh Farias, pelos PMDB, Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania e Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente, para compor a Comissão (Of. 3/2018-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Edison Lobão ⁽⁷⁾	1. Senador Airtton Sandoval ^(7,13,25,26)
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Roberto Requião ^(7,13)	3. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁷⁾
Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾	4. Senadora Marta Suplicy ^(17,21,22)
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽²¹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁵⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ^(5,16,24)	2. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,16)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽²⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,12,23)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁸⁾	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶⁾	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽²⁰⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾ (4,18)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽³⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(3,10,14,15,19)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽³⁾	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽³⁾

Notas:

* O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).

8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).

9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).

10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).



11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).
17. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
18. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
19. Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
22. Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).
23. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
24. Em 24.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 33/2018-BLPRD).
25. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
26. Em 28.05.2018, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo MDB (Of 67/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza
Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Proceder aos preparativos do 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado entre os dias 18 e 23 de março de 2018, em Brasília.

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	1.
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾	2.
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(1,3)	4.
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁾	5.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁾	6.
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	7.
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹⁾	8.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	9.
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹⁾	10.
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	11.
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁾	12.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	13.
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹⁾	14.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	15.
Senador Reguffe (S/Partido-DF) ⁽¹⁾	16.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	17.

Notas:

1. Em 26.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antônio Anastasia, Ana Anélia, Armando Monteiro, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Hélio José, Jorge Viana, Lasier Martins, Otto Alencar, Roberto Muniz, Regina Souza, Reguffe e Vanessa Grazziotin foram designados membros da subcomissão (Of. 10/2018-CRE).

2. Foram eleitos os Senadores Jorge Viana e Cristovam Buarque para ocupar os cargos de Presidente e Vice-Presidente da subcomissão respectivamente (publicação no Diário do Senado do dia 23.02.2018, página 17).

3. Em 14.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro da subcomissão, em substituição ao Senador Armando Monteiro, para compor o colegiado (Of. 21/2018-CRE).

*. Em 08.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Jorge Viana, Otto Alencar e Vanessa Grazziotin foram designados membros do colegiado (Of. 10/2018-CRE).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
MDB	
VAGO (7,30)	1. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senador Eduardo Braga (7)	2. Senador Romero Jucá (7,9,10,23,29)
Senador Fernando Bezerra Coelho (7,15)	3. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (7)
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (7)	4. Senador Jader Barbalho (7)
Senador Valdir Raupp (7,27)	5. VAGO (10,27)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (3)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (3)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (3)
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (3)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (2)	1. Senador José Agripino (DEM-RN) (6)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (2,8,11,19,20,24,25)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (18)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)	3.
Senador Wilder Morais (DEM-GO) (6,28)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (4)
VAGO (4,28)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (4)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (4)	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (4)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (17)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (1,21)
(1,16)	2.
VAGO (14,18)	3.
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (5,22)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (5)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,12,13)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (5,26,31)	3. Senador Magno Malta (PR-ES) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Morais e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).
14. Em 12.09.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 78/2017-BLSDEM).
15. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
16. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 215/2017-GLPSDB).
19. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
20. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 237/2017-GLPSDB).
21. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
22. Em 07.12.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 120/2017-BLOMOD).
23. Em 07.12.2017, a segunda suplência do PMDB fica vaga, em virtude da designação da Senadora Kátia Abreu como suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, conforme nota nº 22.
24. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
25. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 18/2018-GLPSDB).
26. Em 10.04.2018, o Senador Pedro Chaves deixou de compor o colegiado pelo Bloco Moderador (Of. nº 25/2018-BLOMOD).
27. Em 17.4.2018, o Senador Valdir Raupp deixou de ocupar a vaga de suplente para ocupar a vaga de titular na comissão, pelo PMDB, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. 46/2018-GLPMDB).
28. Em 17.04.2018, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ronaldo Caiado, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2018-GLDEM).
29. Em 18.04.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor o colegiado (Of. nº 50/2018-GLPMDB).
30. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
31. Em 08.05.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº32/2018-BLOMOD).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Maioria	
Senador Hélio José (PROS-DF)	1. Senador Valdir Raupp (MDB-RO)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (DEM-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

*. Em 12.07.2017, foi lido em Plenário o Requerimento nº12, de 2017, da CI, que altera de 3 para 5 o número de membros da subcomissão (Of. 99/2017-PRESCI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ^(8,14)	1. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁸⁾	2. Senadora Simone Tebet ^(8,14)
Senador Waldemir Moka ^(8,10)	3. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4. Senador Dário Berger ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,12)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(4,12,24)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,11)	2. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(7,15,21)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(17,27)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽²⁰⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾	1. VAGO ^(19,22,23,26)
^(2,18)	2.
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁶⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁶⁾
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(6,16,25)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁶⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
- Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
- Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
- Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).
15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
17. Em 08.08.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPRO).
18. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 81/2017-BLSDEM).
19. Em 19.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 86/2017-BLSDEM).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 07.11.2017, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Ofício 228/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 14/2017-GLBPDC).
24. Em 13.12.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 122/2017-BLPRD).
25. Em 07.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 15/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).
27. Em 08.05.2018, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. nº 6/2018-BLDPRO).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (MDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾	1. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁶⁾	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	3.
Senador Dário Berger ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹²⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	1.
(2,9)	2.
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,10,11)
Senador Rodrigues Palma (PR-MT) ^(5,13)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº011/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº018/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº028/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
- Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).
- Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).



Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (MDB-MS)

TITULARES	Suplentes
MDB (22)	
Senador Waldemir Moka (8)	1. Senador Airtton Sandoval (10)
VAGO (8,12)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) (11)
Senador Valdir Raupp (8)	3. Senador Dário Berger (16)
Senador João Alberto Souza (8)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,15)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1,14,23)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) (1,23)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4,20)	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) (7)	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (2)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (17)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9)	1. VAGO (3,18)
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (6)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
VAGO (5,13,19,21)	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5)
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídica da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.



14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).
15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).
16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, a Senadora Lídice da Mata deixa de compor a Comissão, como suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 2/2017-GLBPDC).
19. Em 24.10.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLOMOD).
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 28.11.2017, o Senador Cidinho Santos deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. 118/2017-BLOMOD).
22. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).
23. Em 24.04.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor o colegiado como membro titular (Of. 32/2018-BLPRD).

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Valdir Raupp ⁽³⁾	1. VAGO ^(6,14)
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽³⁾	2.
Senador João Alberto Souza ^(3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
VAGO ^(7,12)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,10)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
- Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
- Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
- Em 04.04.2017, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
- Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
- Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).
- Em 28.08.2017, o Senador Dalirio Beber deixou de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 197/2017-GLPSDB).
- Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- Em 23.02.2018, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor, como suplente, a comissão, pelo PMDB (Of. 20/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz**Telefone(s):** 61 33034440**E-mail:** csf@senado.leg.br

**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airtton Sandoval (MDB-SP) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
VAGO ^(10,21)	1. Senadora Simone Tebet ⁽¹⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽¹⁸⁾
Senador Dário Berger ⁽¹⁰⁾	3. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽¹⁸⁾
Senador Romero Jucá ⁽¹⁰⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(7,20)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁷⁾
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁹⁾	2. Senador Wilder Morais (DEM-GO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(2,13)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Rodrigues Palma (PR-MT) ^(8,15,16,22)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽¹⁶⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(8,14)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽²³⁾

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).

- Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalirio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 41/2017-GLPSDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).
- Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).
- Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).
- Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airtton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDDB).



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Airton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Morais foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).
18. Em 08.08.2017, os Senadores Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (PMDB) no colegiado (Of. 163/2017-GLPMDB).
19. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
22. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
23. Em 22.05.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 35/2018-BLOMOD).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Quartas-feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (MDB-MA) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁸⁾**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995**7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999**8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001**9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003**10ª Eleição Geral:** 02/06/2015**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**11ª Eleição Geral:** 30/05/2017**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
MDB	
Senador Airton Sandoval (SP)	1. Senador Jader Barbalho (PA)
Senador João Alberto Souza (MA)	2. Senador Eduardo Braga (AM)
Senador Romero Jucá (RR)	3. VAGO ⁽¹⁵⁾
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹⁶⁾	4. (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹⁴⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(2,3,9,12)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,5,13)
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ^(2,3)	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,5)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(10,11)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(7,17)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS)	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)	

Atualização: 07/06/2017**Notas:**

- O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº69/2017 - GSFBEZER, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
- O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
- Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1ª Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
- O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal do dia 31/05/2017, nos termos do Ofício nº220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.
11. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.
12. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017- BLDPRO, de 08.06.2017.
13. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.
14. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.
15. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.
16. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
17. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme OF. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
REDE
PRB
PTC
PODE
PRTB
PROS



Atualização: 08/02/2017



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS**PTB**

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

MDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES
(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 01/06/2017



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 31/01/2015



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 18/10/2016



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***PRESIDENTE:**
VICE-PRESIDENTE:**1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS
PRTB

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995

2ª Designação: 30/06/1999

3ª Designação: 27/06/2001

4ª Designação: 25/09/2003

5ª Designação: 26/04/2011

6ª Designação: 21/02/2013

7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	MDB
VAGO	MDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS	
	MDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PSB
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PP
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PPS
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PRB
	VAGO
	REDE
	VAGO
	PTC
	PODE



Atualização: 29/11/2016

Notas:

*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



16) COMENDA ZILDA ARNS
(Instituída pela RSF 21/2017, em 26/10/2017)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PROS
REDE
PSC
PRB
PTC
PODE



17) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL**Número de membros: 19 titulares****PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):**

MEMBROS
DEM
MDB
PCdoB
PDT
PPS
PP
PRTB
PRB
PROS
PSC
PSD
PSB
PTB
PTC
PR
PSDB
PT
PODE
REDE



18) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



19) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
PCdoB
PDT
MDB
PP
PPS
PR
PRB
PSB
PSD
PSDB
PT
PTB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 01/06/2016



Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

20) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA
(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PDT
PSB
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-4561
E-mail: saop@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

